



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO SÃO FRANCISCO**

Ata da 104.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da  
Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco  
do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM  
Data: 14 de novembro de 2013, às 08:00 horas  
Local: Auditório FUNEDI  
Av. Paraná, 3001 – Bairro Jardim Belvedere – Divinópolis/MG

1 Conselheiros presentes: Amilton Ferri Vasconcelos, Presidente Suplente da URC  
2 Alto São Francisco; Alexandre Ferreira, representante da Federação das Indústrias do  
3 Estado de Minas Gerais – FIEMG; Francisco de Assis Braga, representante Associação  
4 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES; Edécio José Cançado  
5 Ferreira, representante Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais  
6 – FAEMG; Francisco Chaves Generoso, representante Ministério Público; Roberto  
7 Soares Nogueira, representante Comitê da Bacia Hidrográfica CBH-Pará; Fabrício  
8 Furtado de Souza, representante Fundação Educacional de Divinópolis - FUNEDI;  
9 Nixon de Souza Medeiros, representante da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG;  
10 Mário da Silva Oliveira, representante Conselho Municipal de Meio Ambiente –  
11 Codema – Pains; Eurípedes Guerra, representante Secretaria Estadual de  
12 Desenvolvimento Regional e Política Urbana – SEDRU; Wellington Dias Silveira,  
13 representante da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento –  
14 SEAPA; Lucélio Nativo Assunção, representante da Secretaria Estadual de  
15 Desenvolvimento Econômico – SEDE; Lessandro Gabriel Costa, representante  
16 Associação Ambientalista Alto São Francisco, Lagoa da Prata; Carla Ferreira Vieira  
17 Martins, representante do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM;  
18 Sílvia Letícia Ribeiro, representante do Município de Divinópolis; Marcelo Ferreira  
19 Guimarães, representante Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais  
20 Renováveis – IBAMA; Marcos Antônio Ferreira Veloso, representante do Conselho  
21 Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais – CREA. - Amilton  
22 Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Bom dia.  
23 Bom dia a todos. Vamos tomar os seus lugares para dar início aos trabalhos de hoje.  
24 Convido a todos a acompanhar a execução do Hino Nacional. **1. Execução do Hino**  
25 **Nacional Brasileiro.** - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC  
26 Alto São Francisco – Bom dia a todos, novamente. Hoje são 14 de novembro de 2013.  
27 São oito e quarenta. Declaro aberta a 104.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Unidade Regional  
28 Colegiada Alto São Francisco do Conselho Estadual de Política Ambiental. Vamos  
29 passar para o item 3. **3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.** - Amilton  
30 Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Antes dos  
31 comunicados nós vamos ter o prazer de ter a apresentação do representante do Corpo de  
32 Bombeiros, Capitão Juscelino que vai fazer uma explanação da questão do atestado de  
33 vistoria do Corpo de Bombeiros. Por favor. – Não identificou – Bom dia a todos! É um  
34 prazer poder estar aqui, esclarecer alguns procedimentos de liberação por parte do  
35 Corpo de Bombeiros com relação às edificações no Estado de Minas Gerais. A atividade  
36 de prevenção de incêndio e pânico ao longo dos anos vem criando uma importância  
37 muito grande diante da sociedade e a cada dia que passa não só os órgãos ambientais



38 como demais instituições públicas, privadas, de economia mista, Caixa Econômica  
39 Federal, Prefeituras, Ministério Público, uma série de órgãos e instituições estão  
40 vinculando seus procedimentos de liberação vinculados ao auto de vistoria do Corpo de  
41 Bombeiros. O objetivo da apresentação aqui é uma retórica muito grande que acontece  
42 em todo o estado em que empreendedores e responsáveis técnicos justificam uma certa  
43 dificuldade de regularização e liberação dos seus empreendimentos junto ao Corpo de  
44 Bombeiros. Inicialmente tenho que esclarecer que geralmente isso não responde a  
45 realidade dos fatos. Os procedimentos de regularização junto ao Corpo de Bombeiros. A  
46 demanda interna do Corpo de Bombeiros para regularizar esses empreendimentos a  
47 nossa resposta tem que ser rápida. O nosso prazo máximo que existe previsto em  
48 legislação são 15 dias úteis para poder fazer a análise de um procedimento e 10 dias  
49 úteis para poder fazer a vistoria. O que geralmente ocorre é que o empreendedor protela  
50 esse processo de regularização. Hoje a legislação estadual é vigente. Resumidamente, a  
51 empresa que não possui hoje o auto de vistoria do Corpo de Bombeiros e está  
52 funcionando, está em mora. Ela está irregular perante a legislação. Por gentileza se  
53 puder. É uma apresentação completa pode pular o slide 19, por favor, que eu vou direto  
54 no ponto de regularização. O Governo no Estado de Minas Gerais criou algumas  
55 edificações, criou uma nomenclatura de edificações por cores. Ela dividiu em branca,  
56 verde, amarela e vermelho. Amarelo e vermelho são as que vão enquadrar a maioria dos  
57 empreendimentos aqui que passam por este conselho. Pode adiantar, por favor. Pode ir  
58 passando os slides por gentileza. Isso. Pode deixar nessa tela. As edificações vermelhas  
59 são aquelas classificadas com aquelas características ali com área de construção acima  
60 de 750. Independente da área de edificação, área de risco quando essa apresentar riscos  
61 na qual necessite de sistemas hidráulicos de combate a incêndio, hidrômetros, chuveiros  
62 automáticos, sistema com bateria de gás carbônico. Edificação em área de risco que  
63 necessite de proteção de suas estruturas de cotação do calor proveniente de um incêndio.  
64 Locais de reuniões de público com população acima de 100 pessoas. Onde haja  
65 necessidade de comprovação da separação entre as edificações e área de risco conforme  
66 instrução técnica específica. Próxima tela, por favor. Pode dar sequência. Pode ir  
67 passando as telas. Isso. Deixa essa tela. Volta uma. Isso. Desenvolver. O que ele precisa  
68 nessa edificação para regularizar. Desenvolver o projeto técnico da edificação. Esse  
69 projeto deve ser elaborado por um profissional especializado em projeto de segurança  
70 credenciado no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. Na verdade não existe  
71 essa especialização. O CREA geralmente dá essa competência aos engenheiros civis,  
72 arquitetos e outros engenheiros que tenham essa especialização na área de segurança do  
73 trabalho. O desenvolvimento desse projeto, vamos dizer assim, não está no nível de  
74 controle do Corpo de Bombeiros. É um procedimento entre o empreendedor e o seu  
75 profissional contratado. A partir que esse projeto dá a entrada para análise junto ao  
76 Corpo de Bombeiros a legislação determina que ele tem que ser finalizado em 15 dias  
77 úteis, ou seja, no máximo 3 semanas. Geralmente nós conseguimos dar essa resposta em  
78 3 semanas. São poucos, raro algum período no ano que nós temos uma demanda muito  
79 grande que esse prazo extrapola. Esse período de 15 dias úteis é legalmente respeitado.  
80 Quando ele retira esse projeto, o que é muito comum acontecer? A ART, o responsável  
81 técnico contratado em sua grande demanda não corrige rapidamente. Na hora que o  
82 empreendedor liga para ele cobrando cadê o meu projeto aprovado junto ao Corpo de  
83 Bombeiros, ele quer um jeito de corrigir as notificações feitas no processo e corre no  
84 Corpo de Bombeiros para protocolar ela e justifica para o empreendedor, para o cliente  
85 dele que estava garrado no Corpo de Bombeiros para poder manter uma boa relação



86 com o cliente. Geralmente é isso que eles justificam. São inúmeros. Já são 8 anos que eu  
87 estou nessa área de prevenção aqui no Corpo de Bombeiros da região. Já incontáveis  
88 vezes nós já recebemos proprietários e cliente reclamando. Querendo ir no quartel com  
89 político porque não tem cabimento uma edificação demorar 6, 7, 8 meses para poder ser  
90 regularizado. Quando nós procuramos e levantamos as datas de tramitação do  
91 procedimento ele ficou 5, 6 meses na mão do engenheiro para poder corrigir o projeto.  
92 Geralmente é isso que acontece. O maior controle do prazo para a regularização acaba  
93 ficando com o empreendedor e o engenheiro contratado. Aprovado o projeto e no  
94 retorno do projeto não são os 15 dias uteis. A partir daí, a cada retorno de notificação  
95 que ele conseguir a liberação nós devemos conseguir a análise em 10 dias uteis, ou seja,  
96 a legislação corta 5 dias úteis a menos. Nós temos que no máximo 2 semanas realizar a  
97 aprovação do projeto. Uma vez o projeto aprovado deve executar todas as medidas de  
98 prevenção que nós implantamos ali aprovadas. Ao protocolar seu pedido de vistoria ele  
99 tem que ser realizado e nós também temos uma demanda, que são raros os períodos do  
100 ano que nós não conseguimos cumprir esse prazo, mas nós temos que realizar a vistoria  
101 em 10 dias úteis. Mais uma vez o controle na capacidade de regularizar o  
102 empreendimento junto ao Corpo de Bombeiros sempre está muito mais na mão do  
103 empreendedor e responsável técnico do que na própria corporação. Esses prazos são  
104 fidedignamente respeitados. Realmente acontecem alguns picos nos anos que duram ali  
105 uma semana, no máximo duas que nós extrapolamos esse prazo um ou dois dias, mas  
106 não passa disso. Nós procuramos como uma instituição militar alguns dos nossos  
107 preceitos de superar as dificuldades e atender a comunidade. Nós fazemos escalas aos  
108 finais de semana e repõe essa folga depois para os nossos recursos humanos, mais os  
109 vistoriadores, analistas de projetos nós sempre temos que dar um foco e nunca perder  
110 esse prazo. Quando nós perdemos esse prazo são por poucos dias. Isso é uma  
111 característica ao longo dos anos. Alguns, a grande maioria dos casos acaba sendo por  
112 alta demanda do responsável técnico, porque infelizmente é uma área de conhecimento  
113 que não é lecionada nas cadeiras da faculdade de engenharia e o profissional tem que  
114 aprender, vamos dizer que com outro profissional que já sabia ou de maneira autônoma  
115 ali. Autodidata. Isso restringe um pouco a capacidade dos profissionais que tem  
116 conhecimentos e acabam sendo um pouco sobrecarregados de demandas. Isso acaba  
117 deixando eles, às vezes, os clientes na mão, mas geralmente por parte da instituição nós  
118 procuramos dar respostas em um tempo adequado. – Alexandre – Representante  
119 FIEMG – Capitão, bom dia. O senhor está falando pela Corporação da Unidade de  
120 Divinópolis. O senhor teria como dizer como funcionam as outras unidades? Formiga,  
121 Nova Serrana e Itaúna? Também tem efetivos suficientes para poder liberar o AVCB  
122 dentro do prazo legal? – Não identificou – Sim. O que acontece? Na região a maior  
123 demanda é de Divinópolis. As demais frações, demais pelotões destacados geralmente, a  
124 não ser por raros casos, por exemplo, nós tivemos uma dificuldade recente, Nova  
125 Serrana e Pará de Minas, mas a grande demanda é Divinópolis. É muito comum, quando  
126 em situações de normalidade por dificuldade, nenhuma de dificuldade de recursos  
127 humanos ou dentro de uma dificuldade normal os projetos serem analisados por essas  
128 frações em 2, 3, 4, 5 dias úteis. É comum, tem fração, por exemplo de Piumhi,  
129 geralmente o projeto chega analisado no mesmo dia ou no outro dia. A demanda é bem  
130 menor do que a nossa. A demanda na cidade de Divinópolis e nas cidades vizinhas em  
131 que Divinópolis é responsável pela análise do projeto nós temos a maior demanda  
132 reconhecidamente pela instituição. Muita gente não sabe disso, esses vários fatores que  
133 levam a essa situação, mas nós temos a maior demanda interior do Estado. Nós temos 3



134 vezes a demanda de Juiz de Fora e 4 vezes a demanda de Uberlândia. Nós só perdemos  
135 em demanda de análise de projetos e vistoria para a capital onde tudo é centralizado  
136 num centro de atividades técnicas. Mesmo assim, há cinco anos quando não era  
137 centralizado, eram divididos entre os batalhões o 10º Batalhão, o Batalhão de  
138 Divinópolis era a maior demanda de prevenção e vistoria do Estado de Minas Gerais.  
139 Nós temos aqui vínculos de liberações com o setor de aprovação de projetos de  
140 Divinópolis e cresceu muito principalmente na nossa região cobrança de Ministério  
141 Público. O sistema do Disk Denúncia Unificado no 181, denunciando empresas e  
142 empreendimentos que estão irregulares tem um número vertiginoso de denúncias. A  
143 demanda é bem acentuada na nossa região. – Alexandre – Representante FIEMG – Eu  
144 tenho mais duas perguntas. A primeira é se existe alguma forma do empreendedor  
145 acompanhar o trâmite do processo dentro da corporação? Ou é só via o técnico  
146 responsável? – Não identificou – Existe toda. A única coisa que nós somos vedados pela  
147 instituição é na hora do atendimento técnico quando recebe o projeto notificado e ele  
148 requer um atendimento técnico, esse atendimento tem que ser com o engenheiro por  
149 questões óbvias. A título de informação de como está o andamento do meu projeto não  
150 existe burocracia pode formalizar, pode mandar via email, pode telefonar. Nós  
151 consideramos a nossa instituição considera que os dados são públicos. Se ele quer saber  
152 se o projeto dele o dia que deu entrada, que dia saiu, que dia o engenheiro retirou essa  
153 informação nós damos sem nenhuma burocracia. – Alexandre – Representante FIEMG  
154 – Obrigado. A última pergunta seria se existe alguma possibilidade de emissão de  
155 AVCB fracionado, parcial? – Não identificou – Existe a possibilidade de AVCB parcial,  
156 mas a aprovação do projeto tem que ser total. A nossa legislação determina isso. Por  
157 exemplo, se você tem um grande empreendimento que exige situações de um galpão da  
158 parte do processo industrial, uma parte de estocagem ele está isolado, mas o risco de  
159 incêndio precisa estar isolado. É uma característica técnica mais complicada que  
160 precisaríamos de um tempo maior para explicar. Se esse ponto do empreendimento  
161 estiver em consideração em zoneamento de risco é possível fazer a liberação parcial.  
162 Porém a parte de aprovação do projeto tem que ser total. No momento da aprovação do  
163 projeto e tudo. Todo o empreendimento, 100% das áreas ocupadas e utilizadas no  
164 empreendimento para fins de AVCB se comprovado o isolamento de risco a legislação  
165 permite a emissão do AVCB parcial. – Alexandre – Representante FIEMG – Nesse  
166 caso, então, ele de posse do AVCB parcial não impede que ele siga operando as demais  
167 dependências até que ele instale todo o projeto aprovado. – Não identificou – Isso.  
168 Respondendo a sua pergunta de uma maneira mais completa. São poucas as situações.  
169 São poucas as situações que a legislação considera mais grave em que o Corpo de  
170 Bombeiros realiza uma interdição imediata. São os casos de eventos e recepções  
171 públicas, situação de risco eminente constada. Essas o Corpo de Bombeiros realiza a  
172 interdição de uma maneira imediata. Nós chegamos no empreendimentos, chegamos na  
173 empresa e realizamos de imediato a interdição. Todas as demais situações a legislação  
174 nos permite, nos permite não, nos determina fazer uma advertência escrita e dar um  
175 prazo para poder a regularização. O que existe é um processo de sanção que ele tem  
176 prazo para regularização. Isso não quer dizer que ele está liberado pelo Corpo de  
177 Bombeiros. Há uma diferença nisso muito grande. Não existe AVCB provisório,  
178 temporário. Na verdade o nosso auto de vistoria do Corpo de Bombeiros tem a validade  
179 de 5 anos. É só esse AVCB que existe para o empreendimento. Não existe um que vale  
180 um ano, que vale seis meses, que vale um mês. Essa é a diferença. Nós, quando  
181 deparamos, o Corpo de Bombeiros depara com o empreendimento irregular e se ele não



182 é empreendimento de recepção do público ou evento temporário e não tem uma situação  
183 de risco eminente de incêndio ou de explosão ele é advertido e tem o prazo de 60 dias  
184 para sanar as suas irregularidades. – Alexandre – Representante FIEMG – Desculpe-me,  
185 mas eu ainda não entendi. Se eu tiver o AVCB parcial, eu tenho um projeto aprovado  
186 que contempla diversas unidades e processos da empresa. Foi me liberado um AVCB  
187 parcial, por exemplo, do posto de combustível. O posto de combustível está liberado,  
188 mas as demais dependências da empresa ainda não foram implantadas o projeto  
189 aprovado pelo Corpo de Bombeiros. Ainda assim eu posso seguir produzindo ou eu  
190 tenho que aguardar a emissão do AVCB completo para iniciar a produção? – Não  
191 identificou – Não. O Corpo de Bombeiros está certificando que a área onde possui o  
192 AVCB parcial está totalmente regularizada perante a legislação estadual de preservação  
193 de incêndio e pânico. Se as demais áreas não estão em funcionamento, não estão  
194 funcionando ela não recebe nem advertência. Porém, se elas já estiverem em  
195 funcionamento na hora da vistoria final, o Corpo de Bombeiros já faz a advertência para  
196 essas demais áreas regularizarem. Não quer dizer que ele está homologando ou que ele  
197 está certificando que essa área tem condições de funcionamento. Só constatou em razão  
198 da advertência que não tem risco eminente, mas está irregular. – Não identificou –  
199 Obrigado, Capitão. – Francisco – Representante Ministério Público – Capitão,  
200 primeiramente eu queria parabenizá-lo porque sua explanação foi de uma precisão  
201 cirúrgica e o senhor foi exatamente no ponto que eu gostaria de abordar aqui hoje. O  
202 senhor não está errado quando o senhor fala que é uma, o senhor usou o termo retórica  
203 utilizada. Por diversas vezes nesse conselho que o senhor hoje está visitando nós  
204 ouvimos dizer que o AVCB travaria projetos em razão de morosidade do Corpo de  
205 Bombeiros na aprovação. Por inúmeras vezes isso foi dito e por inúmeras vezes eu disse  
206 que havia feito uma reunião com o Major Moraes e com o Tenente Matheus Campos  
207 Cunha e que eu não tinha razão nenhuma para duvidar do que estava escrito nessa  
208 reunião. O que estava escrito era no sentido de que o Corpo de Bombeiros vem  
209 efetivamente cumprindo os seus prazos estabelecidos pela lei. O senhor soluciona, daqui  
210 para frente, uma questão realmente palpitante nesse conselho. Agora, algumas questões,  
211 algumas dúvidas de ordem técnicas. O senhor mencionou que existem 4 tipos de  
212 edificações classificadas em brancas, amarelas, verdes. Brancas, verdes, amarelas e  
213 vermelhas. Dessas quatro classificações de edificações quais precisam de AVCB e na  
214 inexistência da necessidade de AVCB qual o documento que é expedido pelo Corpo de  
215 Bombeiros para dispensar o AVCB? – Não identificou – Nós temos 4. Na verdade essas  
216 cores foram implantadas por uma adequação que o Governo do Estado fez através de  
217 um sistema chamado Minas Fácil para poder lincar com esse procedimento para facilitar  
218 a regularização das empresas. As edificações vermelhas são essas que precisam de  
219 aprovar o projeto para depois o empreendedor fazer as execuções e solicitar a vistoria  
220 final. Anterior a esse procedimento, um outro procedimento um pouco mais  
221 simplificado, é o que nós chamamos de projeto técnico simplificado. Esses  
222 procedimentos são para edificações ou áreas de risco de até 750 metros quadrados. Esse  
223 procedimento ainda é realmente bem mais simplificado que o anterior. Ele precisa  
224 também de um engenheiro. O engenheiro é contratado, mas ele já protocola junto ao  
225 Corpo de Bombeiros o projeto solicitando a vistoria. Esse projeto passa no ato da  
226 vistoria por uma análise junto do local. A análise do projeto é feita no ato da vistoria  
227 junto ao local. O Corpo de Bombeiros tem 10 dias úteis para realizar essa vistoria e  
228 geralmente sempre realiza. Mais uma vez fica claro que o controle da capacidade de  
229 liberação de um empreendimento junto ao Corpo de Bombeiros está realmente no



230 empreendedor, no empresário e no responsável técnico. As outras edificações de cores  
231 que seriam a verde, que é voltada somente para pequenos empreendimentos e algumas  
232 atividades até 200 metros quadrados. Nem sempre são todas as atividades. Por exemplo,  
233 a atividade industrial não pode se enquadrar com a identificação verde. São atividades  
234 residencial, hospedagem, comércio e prestação de serviços. Geralmente acaba  
235 enquadrando nesse procedimento lanchonetes, bares, que não estão compostos numa  
236 edificação que tenha uma maior área construída. Por exemplo, não se enquadra nesse  
237 procedimento uma farmácia, uma padaria que está debaixo de um prédio verticalizado,  
238 porque o que nós consideramos como área construída de risco de incêndio é toda a área  
239 construída. Precisa de que esse empreendimento, essa lanchonete, esse bar esteja  
240 totalmente isolado. A atividade industrial não pode, a legislação não permite que seja  
241 classificada como edificação verde. A mais simples de todas é a branca, na verdade é  
242 uma simples conferência de documentação e emissão de documentos onde a pessoa  
243 utiliza a sua residência só para fins burocráticos da empresa, ou seja, um prestador de  
244 serviço, um detetizador, alguém que atende de forma autônoma só utiliza o endereço da  
245 sua residência para emitir nota fiscal e documentos fiscais. Ele não utiliza a residência  
246 para a sua atividade profissional. Para o caso da edificação branca e edificação verde, a  
247 edificação verde é emitido um certificado de funcionamento. É um documento, vamos  
248 dizer assim que o seu layout é diferente do auto de vistoria do Corpo de Bombeiros.  
249 Para a edificação branca, na verdade, é emitida uma declaração de isenção que ele está,  
250 que ele não precisa regularizar na parte de prevenção de incêndio e pânico. Na verdade,  
251 além do AVCB, existem esses dois outros documentos, certificado de funcionamento e  
252 a declaração de isenção. Só que geralmente não se aplica para as atividades industriais.  
253 – Francisco – Representante Ministério Público – Então, para o empreendedor  
254 comprovar que ele está regularizado perante ao Corpo de Bombeiros tem que apresentar  
255 um desses três instrumentos. AVCB, certificado de funcionamento ou declaração de  
256 isenção. Quem vai dizer qual o instrumento que é necessário é o Corpo de Bombeiros. –  
257 Não identificou – Isso. – Não identificou – Uma outra conclusão. O senhor me corrija se  
258 eu estiver errado. Qualquer atividade industrial portanto é passível de AVCB. – Não  
259 identificou – A única atividade que não é passível de regularização e fiscalização do  
260 Corpo de Bombeiros é residência unifamiliar. Todas as demais edificações, todo tipo de  
261 atividade é passível de regularização junto ao Corpo de Bombeiros. – Francisco –  
262 Representante Ministério Público – Mais uma vez eu agradeço. O senhor não imagina a  
263 tranquilidade que o senhor me dá para que eu continue pedindo e sendo rigoroso com a  
264 exigência do AVCB nos processos de licenciamento ambiental. - Amilton Ferri  
265 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Eu gostaria de  
266 perguntar questão de prazo. Geralmente, se você for no empreendimento, ele já está  
267 operando e constata que não há risco eminente, vocês fazem uma advertência e dá um  
268 prazo para a pessoa apresentar o projeto, iniciar o processo e os demais prazos seguirão  
269 os prazos normais de vocês não é isso? – Não identificou – Isso. Na verdade, ele tem, é  
270 permitido pela legislação ele solicitar a prorrogação de prazo e qualquer um dos  
271 procedimentos, qualquer ato administrativo é previsto na nossa regulamentação recursos  
272 e uma série de outros procedimentos para ele poder contestar as ações do Corpo de  
273 Bombeiros. Geralmente, o que é o critério, qual é a política adotada em todo o Estado  
274 pela corporação para prorrogar ou não o prazo? Ele ter pelo menos iniciado o  
275 procedimento. Quando nós percebemos que o empreendedor está indo totalmente na  
276 inércia, geralmente esses pedidos são negados. Quando nós vemos que ele começou o  
277 procedimento, protocolou o projeto aí sim esses pedidos a instituição tem uma política



278 de ir indeferindo essa prorrogação de prazo. Lembrando sempre que nós prorrogamos o  
279 prazo para evitar que ele não receba outras sanções previstas em leis. Seria a multa  
280 quando ele tem no caso o AVCB ele é passível da cassação desse AVCB e ele pode  
281 chegar sim no processo de interdição. Não que essa empresa, que o Bombeiro não  
282 interdita, ele não interdita de forma imediata, mas por exemplo, se a empresa é  
283 advertida e fica totalmente na inércia, ou seja, não protocola o projeto, não tenta  
284 regularizar ele vai receber multa. A multa vai ser cobrada e vai chegar no processo de  
285 interdição. Lembrando sempre que essa prorrogação de prazo a única coisa que o Corpo  
286 de Bombeiros está dizendo é olha, estou prorrogando o seu prazo, não vou te multar  
287 porque você está correndo atrás dos procedimentos de regularização, mas a instituição  
288 não está dizendo que você está em dia. Você está legal perante a legislação estadual de  
289 prevenção de incêndio e pânico . É um viés diferente. - Amilton Ferri Vasconcelos -  
290 Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Obrigado. Eu acho que é  
291 importante ter essa visão também. Inclusive a visão até da corporação, que é a partir do  
292 momento que ele protocolou, apresentou o projeto, o próprio Estado está vendo que ele  
293 não está na inércia, ele está trabalhando e o Corpo de Bombeiros vai fazer essa  
294 sequência natural que é a emissão, a informação complementar se for preciso. É alguma  
295 coisa assim nesse sentido. Obrigado. – Alexandre – Representante FIEMG – Presidente,  
296 só um minuto. Capitão, teria só mais uma pergunta. Depois que a empresa implanta  
297 todo o projeto aprovado, ela vai ao Corpo de Bombeiros e solicita a vistoria para a  
298 liberação do AVCB. Isso acontece em quanto tempo depois que ele solicita a vistoria?  
299 Para que ele tenha o documento em mãos? – Não identificou – É o que eu disse aqui.  
300 Nós temos o prazo legal de 10 dias úteis. – Não identificou – Depois do requerimento. –  
301 Não identificou – A partir do protocolo para nós realizarmos a vistoria. Varia de  
302 empreendimento para empreendimento, mas a grande maioria nós vistoriamos em  
303 algumas horas. Se a empresa for grande, há registros de que gastamos 5 dias para  
304 terminar a vistoria, mas terminada a vistoria a emissão do documento é rápida. No dia  
305 seguinte ele já tem condições de ser emitido. – Não identificou - Desconsiderando prazo  
306 de implantação, qual seria o prazo de trâmite dentro do Corpo de Bombeiros? Entgre  
307 aprovar o processo e liberar o AVCB? – Não identificou – Eu não entendi direito essa  
308 pergunta. – Não identificou – Eu entrei com o projeto em quanto tempo ele é aprovado?  
309 – Não identificou – Pois é. O projeto, se ele tiver condições de ser aprovado na primeira  
310 entrada. É raro. Sempre há algumas correções a fazer, mas acontece de ser aprovado,  
311 mas 99% tem alguma correção para fazer. Nós temos 15 dias úteis para fazer a primeira  
312 análise. O engenheiro retira os projetos para realizar as correções. No novo protocolo  
313 nós temos 10 dias úteis para poder realizar a análise. 90% dos casos são aprovados na  
314 segunda entrada, mas há realmente casos que ainda vai para uma terceira, uma quarta  
315 análise. São edificações, indústrias existentes que na hora da adequação e legislação da  
316 prevenção de incêndio e pânico é feito realmente um estudo técnico mais complicado  
317 para adequar as medidas de segurança, mas a grande maioria das edificações gastam as  
318 duas etapas para regularizar a aprovação de projeto. A primeira com 15 dias úteis e a  
319 segunda com 10. O controle da execução é com ele. Ele depende da viabilidade  
320 econômica e orçamentária do empreendedor, mas o retorno dele ao Corpo de Bombeiros  
321 pedindo a vistoria é em mais uma vez 10 dias úteis nós realizamos essa vistoria. A  
322 emissão do auto de vistoria, estando ok a edificação, estando em conformidade com o  
323 projeto aprovado ela é automática. – Alexandre – Representante FIEMG – Então nós  
324 estamos falando, se não houver nenhum problema no projeto que o trâmite dentro do  
325 Corpo de Bombeiros seria de 30 a 40 dias úteis. – Não identificou - Sim, dos 25 iniciais



326 da aprovação, mais 10 dias uteis para realização da vistoria. – Alexandre –  
327 Representante FIEMG - Obrigado. – Mário – Representante CODEMA- Capitão,  
328 parabéns pela explanação que nos foi dada aqui, esclareceu todas as nossas dúvidas. Só  
329 para conciliar com pequenos empreendimentos do interior. O senhor teria condição de  
330 dizer para nós o custo desse processo ou ele varia de acordo com a complexidade do  
331 empreendimento, ou se tem algum? Só por causa que se for sugerido vão questionar  
332 custos disso. No mais está tudo muito esclarecido pela explanação. Obrigado. – Não  
333 identificou – O custo em termos de taxas estaduais para regularização os próprios  
334 profissionais nos alegam que perante outras situações de regularização que existem no  
335 Estado, na Prefeitura principalmente a parte ambiental não é considerado caro. Grandes  
336 empresas a taxa acaba que sai no valor de 2 mil, 2 mil e 500 reais. Isso em grandes  
337 empresas. Empreendimentos pequenos o valor é cento e poucos reais, 200 reais. Ela é  
338 vinculada a área. É UFFEMG vezes o indicador que, às vezes 01, às vezes 07 vezes a  
339 área. Geralmente o custo está muito mais vinculado, vamos dizer a grande reclamação  
340 dos empreendedores é o custo do responsável técnico. O valor que ele cobra para a  
341 prestação do serviço dele. Na hora da implantação do sistema aquelas empresas que  
342 precisam adequar o sistema hidráulico que no caso é o sistema de hidrante interno  
343 também tem um custo um pouco maior na execução. Vai variar também da área que o  
344 tamanho da empresa, do sistema de bomba que precisa para poder funcionar esse  
345 sistema de hidrantes. Vai estar vinculado ao tamanho da empresa, mas a parte de  
346 execução em termos de implantação de medidas mais caras é a parte de sistema de  
347 hidrantes, porque os demais, sistema de emergência, sinalização, adequação de guarda  
348 corpo, corrimão, isso é de um custo mais tranquilo. São os dois maiores, na verdade, por  
349 parte do Estado não é, as taxas cobradas não são consideradas altas. – Não identificou –  
350 Obrigado. – Alexandre – Representante FIEMG – Só complementando. Nós temos  
351 informações que os custos de hidrantes para pequenas empresas estão em torno de 15  
352 mil reais. – Edécio Ferreira – Representante FAEMG – Bom dia capitão! Bom dia a  
353 todos! Capitão, salvo um lapso da minha memória eu e o conselheiro Francisco do  
354 Ministério Público fizemos uma colocação se todos os empreendimentos industriais são  
355 passíveis de AVCB. Eu quero só um detalhezinho. A indústria de fogos de artifícios  
356 especialmente no nosso polo de Santo Antônio do Monte é passível de AVCB ou está  
357 sob a responsabilidade do Exército? – Não identificou – Ela é passível de AVCB e está  
358 sob a responsabilidade tanto do Exército em sua área de competência quanto do Corpo  
359 de Bombeiros na sua área de competência. Só para esclarecer. Eu acho que é  
360 importante. Nós começamos há alguns anos atrás um trabalho de fiscalização em Santo  
361 Antônio do Monte e hoje nós estamos recebendo aqui no 10º Batalhão um número  
362 muito grande de projetos tramitando para regularização. Quase todo mês são realizadas  
363 3, 4 vistorias nas indústrias de fogos de Santo Antônio do Monte. No início houve uma  
364 discussão muito grande de quais são as medidas de segurança contra incêndio e pânico  
365 que seriam cobradas para esse tipo de edificação de indústria, uma vez que o exército já  
366 cobrava uma série de outras medidas. Por dois ou três anos o SINDIEMG conversou  
367 com o Corpo de Bombeiros ajustando normas e processos de regularização. Como isso  
368 agora acabou, isso já está regulamentado há um certo tempo, as empresas não tem mais  
369 aonde, vamos dizer, arrumar desculpas para falar que a implantação da regularização do  
370 bombeiro é cara e não sabe qual que é. Hoje elas estão tendo que correr atrás. Vamos  
371 dizer que o nosso elo de ligação com o Exército em Santo Antônio do Monte está muito  
372 forte. Já realizamos esse ano 2 ou 3 operações. Já temos uma prevista para semana que  
373 vem. Através também da nossa capacidade de fiscalização, apesar da dificuldade, o



374 Exército também tem o efetivo reduzido para essa atividade lá, mas aos poucos nós  
375 também estamos fazendo despertar essa necessidade dos empreendedores das fábricas  
376 de fogos regularizarem junto ao Corpo de Bombeiros. – Edécio Ferreira –  
377 Representante FAEMG – Capitão, quero agradecê-lo. Fiquei de fato com a minha  
378 dúvida sanada e mais uma vez parabenizá-lo que achei que o senhor foi extremamente  
379 objetivo nas suas colocações. Obrigado. – Alexandre – Representante FIEMG –  
380 Capitão, nós temos informações, eu gostaria do senhor dizer para nós se procede ou não.  
381 O processo da entrada no Corpo de Bombeiros inicia análises com o técnico, a qual faz  
382 algumas exigências e isso volta para o contratado da empresa para executar. Quando ele  
383 retorna ao Corpo de Bombeiros é direcionado a outro técnico dentro do Corpo de  
384 Bombeiros que faz outras exigências que não aquelas que haviam sido feitas, além  
385 daquelas que haviam sido feitas antes. Essa informação procede ou existe algum  
386 procedimento interno que segue um padrão aonde existe a garantia de que aquelas  
387 informações solicitadas serão únicas? – Não identificou – Não. Está de uma maneira  
388 geral. Não existe isso regulamentado. Se o projeto voltar tem que ser analisado pelo  
389 mesmo analista. Existe uma política e que não é só nossa aqui nesse Batalhão. Ela é no  
390 nível de estado. No retorno do projeto a preferência de análise é daquele analista. Todo  
391 mundo adota essa política. O que ocorre é que, às vezes, o analista está de férias, está  
392 empenhado num curso, está destinado ao setor operacional para cobrir férias de alguém,  
393 que o nosso Bombeiro, diferente de alguns outros países e alguns estados do Brasil, nós  
394 somos todos Bombeiros de todas as áreas. Nosso treinamento é completo. Nós temos  
395 que atender ocorrência, trabalhar na prevenção. Não tem um Bombeiro só analista de  
396 projetos e só vistoriador. Para não haver prejuízo para o empreendedor, aquele projeto  
397 não ficar esperando aquele analista quando tiver condições de voltar para analisar o  
398 projeto, quando isso acontece o projeto é analisado por outro analista, mas a política é  
399 preferencialmente sempre ser o mesmo analista. O que ocorre? A análise é subjetiva.  
400 Ela é humana, ela não é mecânica. No momento da análise, mesmo que foi outro  
401 analista, mesmo o próprio é possível que ele perceba que houve uma falha na primeira  
402 análise. Esqueceu de cobrar algum item. Quando acontece isso nós fazemos a nossa  
403 parte. Nós não podemos ser omissos e deixar um erro passar. Muito mais um erro que  
404 vincula quando nós estamos falando de projeto antes do empreendedor, do empresário  
405 realizar a benfeitoria, o investimento na empresa. Esse é o momento mais importante  
406 que nós temos que corrigir se nós percebermos uma falha. Quando isso acontece nós  
407 minimizamos da seguinte forma, o projeto na hora da saída, porque quando ele retorna  
408 pela terceira vez ao dar entrada no Corpo de Bombeiros, a legislação determina que ele  
409 tenha a cobrança mais uma vez da taxa de segurança pública. A taxa de segurança  
410 pública para análise de projeto permite uma análise e um retorno. Quando vai sair a  
411 terceira vez o engenheiro não conseguiu aprovação, no retorno precisa pagar mais uma  
412 vez a taxa, mas quando esse retorno tem algum item que não foi cobrado na primeira  
413 análise, isso é deixado claro no relatório não é cobrada essa terceira taxa. Nós  
414 procuramos, porque a legislação determina por ordem cronológica de análise tanto da  
415 primeira entrada quanto da segunda entrada. Quando isso acontece também em razão de  
416 que houve uma falha da instituição nós procuramos minimizar quando da entrada e isso  
417 é registrado no nosso sistema, quando ele dá entrada esse projeto é priorizado para ser  
418 analisado primeiramente. São as duas únicas situações que nós procuramos minimizar,  
419 mas passar por cima do erro, ou seja, se a instituição esqueceu ali o analista esqueceu de  
420 cobrar um ponto de hidrante a mais, uma adequação de escada isso não é motivo e nós  
421 não podemos continuar no erro. Nós temos que consertar. Em termos de política de



422 análise de projetos de substituição só é adotada quando aquele recurso humano, quando  
423 aquele analista de projeto, por algum motivo de força maior, não pode estar ali presente  
424 para analisar. Já visando o lado do empreendedor para aquele procedimento não perder  
425 o prazo que nós temos para responder, que são os 10 dias úteis previsto na legislação e  
426 ele não ficar ali demorando, nós passamos isso para outro analista, mas a política  
427 sempre ser o mesmo. – Não identificou – Obrigado, Capitão. - Amilton Ferri  
428 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Eu só queria fazer  
429 mais uma pergunta. Prometo que é a última. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente  
430 Suplente da URC Alto São Francisco – Você fala em área útil, área construída. Esse  
431 parâmetro quando de uma atividade rural, uma atividade, vou dar o exemplo de uma  
432 suinocultura, a área construída que você coloca, colocam os galpões, um pátio ou se  
433 caso, vamos supor, ele tenha uma área de abastecimento de tratores ou essa área útil,  
434 essa área construída é só a área onde que há a visualização de algum risco eminente ou  
435 algum risco futuro, alguma coisa assim? Obrigado. – Não identificou – Essas áreas são  
436 áreas determinadas em decretos na nossa legislação. A área que nós consideramos para  
437 fins de aplicação das medidas são áreas construídas, áreas de riscos e áreas utilizadas de  
438 risco. Seriam essas áreas locais de armazenamento de líquidos inflamáveis e  
439 combustíveis ou armazenamento, mesmo que a céu aberto, de qualquer outro produto de  
440 combustível e manobras de veículos. São as três situações. Estacionamento e manobra  
441 de veículos. Onde há estacionamento, manobras de veículos, armazenamento de líquido  
442 inflamável ou combustível ou armazenagem mesmo a céu aberto no caso de qualquer  
443 outro produto combustível essas áreas são consideradas áreas de risco para fins de  
444 prevenção contra incêndio e pânico. As demais não. Se você, por exemplo, tem no caso  
445 da suinocultura área de criação de animais para fins do Corpo de Bombeiros nós não  
446 consideramos como área de risco. – Francisco – Representante Ministério Público –  
447 Nesse caso vai ser expedido um daqueles outros dois documentos? Certificado de  
448 funcionamento ou declaração de isenção, não é isso? – Não identificou - Não, não. O  
449 que nós vamos considerar no procedimento é a soma dessas áreas, das áreas de risco e  
450 das construídas. Se a soma for superior a 750 o projeto precisa entrar para análise e  
451 aprovação para depois solicitar a vistoria. Se for menor que 750 o projeto já é dada e  
452 entrada solicitando a vistoria e não tem o procedimento de análise. Eu acredito que em  
453 nenhuma das situações dos empreendimentos que vão passar por este conselho vão  
454 enquadrar na edificação branca, que são as residenciais e as verdes, porque a atividade  
455 industrial não pode ser enquadrada como verde. Eu não consigo vislumbrar aqui agora  
456 algum exemplo das atividades que possam passar por esse conselho e se enquadrar  
457 como edificação verde. A grande maioria dos empreendimentos, não vou falar a  
458 totalidade que posso estar esquecendo de alguma situação aqui, mas a grande maioria  
459 dos empreendimentos vão precisar do auto de vistoria do Corpo de Bombeiros. Vão se  
460 enquadrar no certificado de funcionamento e nem na declaração de isenção. - Amilton  
461 Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Senhores  
462 conselheiros, eu acho que foi brilhante a apresentação do Capitão. Mais algum  
463 posicionamento? Eu queria então agradecer em nome da Secretaria Executiva, em nome  
464 dos demais conselheiros. Estou vendo uma pessoa no fundo que está inscrito para fazer  
465 o uso da palavra, mas esse momento não é uma matéria de pauta. É uma apresentação  
466 no nível de esclarecimento. Quando tiver o momento da votação do empreendimento  
467 você poderá fazer o uso da palavra. Não havendo outros questionamentos. Paula, eu  
468 queria agradecer. Muito obrigado em nome da Secretaria e em nome do Estado também.  
469 – Não identificou – Eu deixo o agradecimento também, porque na verdade nós vemos



470 isso como um ganho. Todas as vezes que nós fomos chamados a prestar esse tipo de  
471 esclarecimento nos processos de regularização, como funciona para nós é muito  
472 importante deixar todo mundo esclarecido e os empreendedores também, responsáveis  
473 técnicos, nós temos uma demanda muito grande. Não vou dizer que a qualquer  
474 momento que chegar na instituição nós vamos ter tempo para poder dar todas as  
475 orientações possíveis, mas a instituição está de portas abertas. Precisando entender o  
476 procedimento de regularização, querendo ir ao quartel para conversar através de e-mail  
477 também, todos os esclarecimentos. O próprio site da instituição já tem links que  
478 orientam quais são os processos e os procedimentos de regularização. Estamos à  
479 disposição para os órgãos públicos, para os empreendedores privados, responsáveis  
480 técnicos para poder dar todos os esclarecimentos. Para nós é sempre uma oportunidade  
481 muito boa. Nós estamos de portas abertas para se precisar voltar aqui para realizar  
482 esclarecimentos e estamos à disposição. Muito obrigado também pela participação. -  
483 Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco –  
484 Senhores conselheiros, vou passar para o setor jurídico para dar posse aos dois novos  
485 conselheiros. – Sônia Godinho – SUPRAM ASF – Em nome do Secretário de Estado  
486 Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Alto  
487 São Francisco, Dr. Danilo Vieira Júnior, damos posse ao segundo suplente da SEDRU  
488 Eurípedes Guerra, ao primeiro suplente da Prefeitura Municipal de Divinópolis, Sílvia  
489 Letícia Ribeiro, ao segundo suplente da FETAEMG, José Fidelis Neto, ao primeiro  
490 suplente da Associação Nordeste Reflorestamento e Educação, Neusa Falco Galvão. -  
491 Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco –  
492 Desejo as boas vindas aos novos conselheiros. Outros já eram conselheiros que foram  
493 novamente empossados. Dar boas vindas a todos. Seguindo para o item 4 da pauta. **4.**  
494 **Exame das Ata da 103ª RO de 17/10/2013.** - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente  
495 Suplente da URC Alto São Francisco – Os conselheiros que estiverem de acordo com  
496 a ata, permaneçam como estão. Desculpe. Com o comunicado dos conselheiros nós  
497 acabamos fazendo a apresentação e passando. Voltando para o item 3. Algum  
498 comunicado? Senhores conselheiros? – Roberto Soares Nogueira – Representante  
499 Comitê de Bacia – Gostaria em primeiro lugar de prestar conta da delegação que me foi  
500 concedida, principalmente com voto dos participantes da SEMAD, no Encontro  
501 Regional aqui na Conferência Regional de Meio Ambiente. Nós estivemos em Brasília  
502 onde existiam 1058 propostas nos quatro eixos temáticos, sendo 283 no nosso eixo  
503 temático que nós estivemos participando o tempo todo que é a redução dos impactos  
504 ambientais. Estou muito feliz de ter conseguido êxito da nossa proposta que saiu aqui da  
505 regional Divinópolis que era não prorrogar por parte dos governos federal e estadual os  
506 prazos definidos na Política Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos e que os próximos  
507 prazos dos novos programas a serem estabelecidos sejam coincidentes com os mandatos  
508 municipais. Essa proposta saiu aqui de Divinópolis. Ela ficou no encontro do eixo dois  
509 lá entre 283 propostas em sexto lugar e também conseguimos colocá-la no documento  
510 final do encontro da Conferência Nacional de Meio Ambiente que foram de 1058  
511 propostas apresentadas, apenas 60 constam da ata final da Conferência Nacional do  
512 Meio Ambiente. Tivemos o prazer de encontrar a nossa proposta em 14º lugar entre as  
513 15 do eixo dois. Eu queria prestar conta já que fui eleito delegado nesta regional de  
514 Divinópolis. Tem um segundo assunto aqui que eu gostaria de tocar. É o seguinte. Na  
515 reunião passada me chamou atenção no processo 9.1 da empresa Prefaz o uso de uma  
516 nota técnica em vez da legislação. Eu achei aquilo muito estranho e a Estela me afirmou  
517 naquele dia que isso estava no manual de outorga. Eu peguei o manual de outorga e



518 infelizmente não achei isso lá. Fui mais longe e dei uma estudada caprichada no assunto  
519 e existem realmente exceções quanto aos 30% da Q7, 10 que é vazão de referência no  
520 Estado, mas não existe nenhuma exceção no caso dos fluxos residuais mínimos a  
521 jusante que são 70% da Q7, 10. Se por acaso a nota técnica GEARA do IGAM  
522 determina aquilo que foi dito tinha que ser complementada naquele processo com essa  
523 observação, que os fluxos residuais mínimos a jusante teriam que ser 70% da Q7, 10.  
524 Isso não há nenhuma restrição prevista na legislação pelo menos na que eu consegui  
525 estudar. Eu gostaria que esse assunto e eu já pedi na reunião passada, que ele fosse pelo  
526 menos estudado pela equipe da SUPRAM para nós termos um esclarecimento melhor.  
527 Eu não quero que o assunto se encerre só com a minha afirmativa. É só isso. Obrigado.  
528 – Lessandro Gabriel – Representante AAASF – Bom dia a todos! Primeiro eu gostaria  
529 de fazer um convite que dia 21, às 8 horas da manhã, de saída da escola José Teotônio  
530 de Castro, em Lagoa da Prata, junto com a Associação Ambientalista, estaremos  
531 fazendo uma passeata em mobilização com as questões do lixo, corte de árvores e com a  
532 mobilização também contra o município com a fomentação de um consórcio dos  
533 municípios de Santo Antônio de Monte, Japaraíba e Moema. Fazer o consórcio junto  
534 com Lagoa da Prata de levar o lixo desses municípios junto a esse consórcio. Somos  
535 contra, principalmente que tem o apoio da SEDRU, que nós sabemos que ano que vem é  
536 um ano político, que os municípios mineiros tenham uma finalização desses aterros e  
537 lixões que encontram pelo estado pelo seguinte fato, quando se forma consórcios de  
538 municípios que não tem nada que tem lixão, propriamente dito, eu acho que é fácil, mas  
539 o município já conseguiu o seu aterro, igual Lagoa da Prata, que tem um prazo de 20  
540 anos para esse aterro sanitário nós vamos estar reduzindo esse aterro para um espaço de  
541 5 anos provavelmente. Nós somos contra isso. Essa fomentação. Vamos mobilizar a  
542 população para que contra o município nós não deixemos que isso aconteça lá no  
543 município de Lagoa da Prata. O mesmo exemplo claro seria levar o lixo de Divinópolis  
544 para o aterro de Formiga. O de Formiga está todo licenciado. Acho que não  
545 comportaria. Uma segunda questão que eu gostaria de colocar que no último dia 5 mais  
546 uma vez, eu pude assumir presidência do Comitê do Alto São Francisco com o mandato  
547 até 2017, com a secretária Marisa Arantes, aqui da Total Bioenergia assumindo a  
548 secretaria representando os usuários. Tivemos também a vice presidente, Lucivânia, da  
549 Escola Superior de Meio Ambiente no Comitê e a Prefeitura Municipal de Japaraíba  
550 com a nossa servidora Lenir Moreira também como segunda secretária do Comitê. Nós  
551 vamos estar, mais uma vez, até 2017 contribuindo para os nossos recursos hídricos na  
552 região do Alto São Francisco. Uma questão também que eu queria colocar que foi  
553 publicado o edital na AGB Peixe Vivo do plano de zoneamento dos municípios do Alto  
554 São Francisco. Esse edital está aberto até dia 28 agora próximo. Os municípios nossos  
555 dos afluentes do Alto São Francisco foram os municípios que mais se manifestaram a  
556 questão do plano com a cobrança do Comitê de Rio São Francisco. Esse plano será  
557 contemplado com a cobrança do Rio São Francisco, da cobrança da outorga da água e  
558 os municípios de Lagoa da Prata, Moema, Bom Despacho, Pompéu e outros mais serão  
559 contemplados neste programa. É um programa que também obriga os municípios até o  
560 ano que vem concluir os planos para que possam receber futuramente os recursos  
561 oriundos do estado ou da federação. Está lá aberto esse edital. Os interessados que  
562 quiserem acessar lá. [agbpeixevivo.org](http://agbpeixevivo.org). Nós do Comitê vamos estar financiando junto ao  
563 Comitê Federal do São Francisco essas obras nesses municípios. Uma outra questão.  
564 Trago em mãos uma declaração ambiental de número 056 de 2013 de um município  
565 onde a Secretária de Meio Ambiente desse município formaliza o processo de



566 licenciamento junto ao COPAM de um empreendimento daquele município e falando  
567 que as conformidades com as leis e regularidades desse município estariam dentro das  
568 normas. Essa secretária há um ano atrás foi destituída do CODEMA por irregularidades.  
569 Gostaria de entregar a Paula e que a Paula pudesse verificar para nós que nós olhamos  
570 da melhor forma possível que se realmente essa empresa tem o licenciamento do  
571 CODEMA, porque tudo que me informam da empresa, de pessoas da empresa, essa  
572 empresa até o mês passado não tinha licença do CODEMA. Eu acho que o município  
573 através da secretária não poderia estar expedindo esse documento falando que existe a  
574 conformidade que seja formalizado o processo de licenciamento junto ao COPAM.  
575 Entregaria a Paula para que pudesse nos verificar essa questão. Por último, eu até  
576 gostaria de pedir a SUPRAM também, a Paula, informação que na semana passada no  
577 município de Santo Antônio do Monte, se não me engano, semana retrasada houve uma  
578 operação da SEMAD e que várias empresas de fogos de artifícios foram autuadas.  
579 Aproximadamente no valor que fiquei sabendo por alto de 300 mil reais e que 28  
580 empresas parece que também foram notificadas, talvez foram fechadas, teriam um prazo  
581 para se regularizar. Há mais ou menos 6 anos atrás nós sabemos que todos esses  
582 empreendimentos de fogos, todos os licenciamentos que eram feitos na SUPRAM  
583 Central em Belo Horizonte e com aquela forma itinerante do COPAM nos municípios,  
584 nós conseguimos levar para o município de Santo Antônio do Monte uma reunião do  
585 COPAM, da URC Alto São Francisco, que aqui fossem julgados os processos daquele  
586 município. Preocupa-me muito a questão ambiental. Muito, mas muito mesmo. Vou  
587 mais além, porque eu acho que 28 empresas estão sendo fiscalizadas e vão ser  
588 fiscalizadas como foi falado aqui agora pelo Corpo de Bombeiros, nas próximas  
589 semanas eu acho que a questão social, a questão cultural tem muito a perder. Uma  
590 questão que eu vou mais longe. Se esses empreendimentos que segundo o que me foi  
591 dito também que estão com dificuldades que parece que a maioria das dificuldades dos  
592 licenciamentos deles está no tratamento de efluentes deles, que a empresa que está  
593 fazendo esse sistema está gastando até 120 dias para poder entregar o sistema  
594 implantado. Se essas empresas forem penalizadas o município na área social vai ser  
595 prejudicado. Também na área ambiental. Claro que está sendo prejudicado, mas que  
596 uma questão que preocupa muito mais é que alguns empreendimentos de fogos de  
597 artifícios, que nós sabemos disso, estão buscando negociação na China para importar  
598 foguetes para a região do Brasil e que isso pode causar um impacto social muito grande  
599 para o município. Talvez teria um custo maior e que nós até temos um conhecimento,  
600 encerrando minhas palavras, de um shopping aqui as margens da rodovia. Próximo aqui  
601 um shopping de fogos sendo implantado. Talvez, por essas dificuldades acho que o  
602 município, os empreendedores vão buscar outras formas e maneiras para tentar burlar a  
603 fiscalização. Eu acho muito mais risco você trazer esses foguetes de outros países,  
604 colocar de forma inadequada nos municípios talvez não tenha uma fiscalização  
605 adequada. Nós sabemos muito bem disso, o Corpo de Bombeiros sabe, a SEMAD sabe  
606 que várias empresas clandestinas foram fechadas ao longo dos anos e que isso nos  
607 preocupa muito. Essa vinda de mercadorias de outros países para o Brasil. Todo mundo  
608 sabe que as mercadorias maconha, cocaína e tudo mais é liberada e roda livremente pelo  
609 país e a fiscalização não consegue segurar isso da forma que deveria segurar para a  
610 sociedade. Fica aqui a minha indignação. – Fabrizio Furtado – Representante Funedi –  
611 Com relação ao que o Lessandro falou do aterro sanitário de Lagoa. A implantação dele  
612 eu acompanhei bem de perto. Foi o processo trabalhoso que começou numa  
613 administração e gastou todo um segundo mandato para ser implantado para ter as



614 licenças. Eu era secretário de Meio Ambiente quando conseguimos colocar ele em  
615 funcionamento. Teve um apoio muito grande do Clécio, que na época era membro da  
616 SUPRAM. Ele ajudou bastante no processo. O que me preocupa é a visão que está  
617 tendo hoje. Uma visão bem imediatista. Vamos resolver o problema sem pensar no  
618 amanhã ou um pouco depois. Não é uma questão bairrista de pensar só em Lagoa da  
619 Prata. Que só Lagoa da Prata já está com o problema resolvido. É a questão que nós  
620 vamos reduzir o prazo do aterro sanitário de Lagoa e sem ter discussão, sem ter um  
621 planejamento para resolver os das outras cidades. Nós simplesmente vamos pegar o lixo  
622 dos outros municípios e receber em Lagoa da Prata. Reduzir a vida útil do aterro e  
623 ninguém levou em discussão, ninguém está discutindo com a sociedade alguma coisa,  
624 uma proposta que depois que esse aterro vencer o seu prazo o que vai ser feito.  
625 Ninguém está pensando nisso. É uma questão que a administração atual está pensando,  
626 vamos dizer assim, no prazo de administração de 3, 4 anos vai estourar na mão dela  
627 vamos fazer. Outra coisa que se a discussão for em cima de redução de custo eu  
628 realmente não entendo como isso reduziria custos. O aterro é terceirizado e eles pagam  
629 a empresa por quilo recebido. Vai passar a ganhar mais porque ela estará recebendo  
630 mais, mas para cada município não vai reduzir o custo de manutenção do aterro. -  
631 Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco –  
632 Paula? – Paula – SUPRAM ASF – Só para dar um retorno para o conselho antes de  
633 entrar na questão da operação de fogos. Dia 5 agora eu assinei uma autorização  
634 provisória para a operação para a ETE de Nova Serrana que já tem condições de receber  
635 o efluente do município. O Dr. Francisco me ligou esse mês perguntando sobre a  
636 situação. Essa APO vai servir para eles já receberem todo o esgoto sanitário fazendo o  
637 tratamento. Realmente nós não vamos conceder a licença porque falta alguma coisa na  
638 parte paisagística ainda que era condicionante e que enfim, precisa ser cumprida antes  
639 de trazer o processo para julgamento do conselho. Publicizar essa informação também,  
640 que é uma luta desde 2007 que o conselho vem travando com o município, com a  
641 COPASA e com o órgão ambiental também. Foi um ganho muito grande para a nossa  
642 região e ela já está operando. Já estamos emitindo as autorizações normalmente. Em  
643 relação à questão da operação, Lessandro, realmente ocorreu uma operação na semana  
644 passada por parte da SEMAD. Foram 29 empresas que tiveram o pedido de paralisação.  
645 Nós não paralisamos imediatamente as atividades de fogos. Eles têm que apresentar um  
646 cronograma de desativação e o total de multas foi 300 mil reais, mas cada empresa,  
647 conforme previsto no Decreto, foi autuada em aproximadamente 10 mil reais. Não foi  
648 por empreendimento. Isso foi o valor total que foi, valor total aproximado que foi  
649 aplicado em todos os empreendedores. Em relação às indústrias de Santo Antônio do  
650 Monte eu recebi essa semana, também o Sindicato e a FIEMG para tratar do assunto e é  
651 o que eu expliquei para eles. Desde 2005 vem sendo feitos acordos setoriais, assinaturas  
652 de TAC, processo com licenças com condicionantes não cumpridas, seminários,  
653 encontros no próprio município falando da necessidade da regularização ambiental  
654 desse tipo de empreendimento. Infelizmente os empreendedores, eu compreendo o  
655 impacto social, nós estamos trabalhando para que essas empresas tenham os processos  
656 formalizados na SUPRAM, que nós consigamos ou assinar um Termo de Ajustamento  
657 de Conduta ou conceder a licença para eles de forma mais tranquila. Só que nós temos  
658 três situações de empreendimentos. Eu tenho empreendimentos que estavam operando  
659 sem licença porque descumpriram condicionantes da licença anterior e estavam  
660 esperando a licença vencer para entrar com uma LOC. Eu tenho empresas que tem  
661 medidas paliativas e eu tenho empresas que não tem nada. Realmente, assim, para



662 assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta eu já me posicionei perante o  
663 conselho que eu não assino Termo de Ajustamento de Conduta até que a degradação  
664 ambiental seja sanada. Solicitei para os empreendedores que eles implantassem esse  
665 sistema, mas que eles apresentassem uma alternativa paliativa para regularizar. Agora,  
666 infelizmente um trabalho que vem sendo feito há quase 8 anos no município, o  
667 empreendedor alegar desconhecimento ou demora para a regularização do seu  
668 processo, é uma situação bastante complicada para nós do órgão ambiental. O primeiro  
669 processo de licenciamento dessas empresas eles tiveram 30, 40 condicionantes cada  
670 empreendimento porque não tinham nada regularizado, ou seja, a licença foi concedida,  
671 eles tiveram um prazo de adequação e mesmo assim não se adequaram. A situação é  
672 bastante complicada para o município em si. Nós não conseguimos resolver de imediato  
673 a situação. Conheço todos os problemas sociais. Ontem nós já fizemos algumas  
674 vitórias em algumas empresas que tem condição de ter o seu processo de licenciamento  
675 analisado que já estão com o processo lá dentro da SUPRAM, mas a situação, apesar de  
676 social, ela vem sendo trabalhada há muitos anos e eu acredito que os empreendedores  
677 não possam alegar isso por parte do órgão ambiental. – Lessandro Gabriel –  
678 Representante AAASF – Paula, agradeço a sua colocação, mas eu acho que vou um  
679 pouco mais longe. Não estou aqui para defender a questão social também, mas a  
680 ambiental. Eu acho que se nós formos olhar por esse lado que vai haver essa questão  
681 social toda num momento talvez de maior venda das fábricas de fogos, que será o ano  
682 que vem, o ano de Copa, uma alternativa eles vão ter de buscar esse produto na China  
683 com um custo menor e vender isso de forma clandestina. Deixar de soltar foguetes no  
684 Brasil por causa de Copa você pode ter certeza que os brasileiros não vão deixar de  
685 soltar. Como eles buscam drogas em todo lugar e todo canto eles vão buscar foguetes  
686 em todo quanto é canto que eles acharem. Eu acho que se for olhar por esse lado que  
687 eles tiveram prazo e tudo, hoje nós olhamos aqui dentro da SUPRAM, nós temos  
688 aproximadamente 60 municípios, eu conheço municípios aqui que nunca passou um  
689 licenciamento ambiental pela nossa mesa. Será que esses municípios não estão tendo  
690 nenhum tipo de empreendimento nesses municípios? Eu tenho hora que fico sem  
691 entender. Se formos olhar para o lado da região do nosso amigo nobre Mário, por  
692 exemplo, há quantos anos que a questão do calcário vem se arrastando na região? Hoje,  
693 por exemplo, quem está entrando com um processo novo está entrando dentro da forma  
694 legal. Fazendo as formas que tem que ser feitas para se chegar no licenciamento aqui,  
695 mas eu tenho certeza que outras questões, por exemplo, a questão de Igaratinga que é  
696 fabricação de tijolos, essas coisas mais a cerâmica eles não vão ter condição, se amanhã  
697 fechar essas indústrias, fechar a região de Pains, região de Igaratinga, região de Cláudio  
698 que é siderurgia, eles não vão ter condições de trazer isso de fora, porque lá não tem  
699 como fabricar e trazer para cá. Eu acho que esses fogos, essas outras atividades eu acho  
700 que merecia sim um crédito pelo fato de também das dificuldades que eles estão tendo  
701 de empresas para implantar o sistema que foi colocado pelo Estado, porque hoje a  
702 maioria não está cumprindo as condicionantes de alguma forma, que é o que eu vejo, é  
703 por falta das dificuldades que eles estão tendo de implantar o sistema de efluentes  
704 dentro da empresa. Eu não vejo uma fábrica de foguetes trazer grandes impactos. O  
705 único impacto que eu vejo na fábrica de fogos são, às vezes, aqueles desmates isolados  
706 que fazem aqueles pequenos barracões em várias áreas esparsas para poder fazer a  
707 fabricação ali, articular a manipulação das pólvoras, dos agentes que fabricam foguetes.  
708 Eu só queria deixar registrada essa questão, porque eu acho que quase 80% do  
709 município de Santo Antônio do Monte vivem dessa atividade. Como outros municípios



710 dizem aqui também que cada um tem a sua atividade específica nos municípios e que  
711 nós de alguma forma formos prejudicar isso dentro de um momento de fase que tem  
712 final de ano agora que a queima de fogos é grande e Copa do Mundo ano que vem, eu  
713 acho que o município está sendo penalizado por uma questão talvez de prazo que  
714 poderia ter, igual eu falei, alguns municípios que nem passaram no licenciamento aqui  
715 dentro desse conselho. Nós somos quase 60 municípios para ser julgado aqui. Desde  
716 quando eu estou dentro deste conselho tem município que nunca passou um  
717 licenciamento dentro desse conselho. Será que esses municípios não estão colocando  
718 nenhum empreendimento dentro desses municípios? Não tem nada sendo licenciado  
719 dentro desses municípios? Tem hora que fico a pensar isso. Só queria entender porque  
720 alguns municípios não existem esses licenciamentos aqui no conselho? Se é por falta de  
721 fiscalização ou se não estão implantando porque esses municípios não estão crescendo?  
722 Só queria deixar isso registrado porque eu acho que a parte ambiental, social e cultural  
723 tem que andar junto para que nós possamos ter a sustentabilidade da nossa região aqui  
724 do Alto São Francisco. – Alexandre – Representante FIEMG – O Túlio tem um  
725 comunicado a fazer. Túlio? Pela FIEMG. – Não identificou – Bom dia a todos! São só  
726 duas informações rápidas aqui. Uma é notícia boa que tive numa reunião em Belo  
727 Horizonte onde a FIEMG está com um projeto chamado Minas Sustentável, que é SESI  
728 FIEMG que deve ser implantado na nossa região em abril do ano que vem. Eles  
729 fecharam um convênio com a Caixa. A Caixa pegou uma das linhas de crédito e  
730 adequou a linha a parte de licenciamento ambiental. Essa linha cobre todas as taxas do  
731 Estado na parte de licenciamento ambiental quanto os projetos para os empreendedores.  
732 É uma linha nova está chegando em Divinópolis. Os gerentes da Caixa ainda não sabem  
733 direito como vai funcionar, mas já tem essa nova linha. A outra é agradecer ao Edécio,  
734 a Carla do DNPM, o Roberto por participarem do evento que teve dia 30. Acho que  
735 todos receberam o convite dos conselheiros de todas as URC's de Minas Gerais onde  
736 teve uma palestra muito interessante na parte de mediações e conflitos. Agradecer a  
737 presença de todos nesse evento que foi na FIEMG em Belo Horizonte. Só isso.  
738 Obrigado. – Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São  
739 Francisco – Acho que todos fizeram os seus comunicados, fizeram as suas colocações.  
740 Passamos para o item 4 da pauta que é o exame da ata da 103ª Reunião Ordinária, dia  
741 17/10/2013. Os conselheiros que estiverem de acordo com a ata, permaneçam como  
742 estão. – Francisco – Representante Ministério Público - Queria fazer as minhas  
743 correções, por gentileza. Linha 329. 329. Está aí, mas me parece que há... pode tirar esse  
744 há do verbo haver. Só há do verbo haver deixa o outro a. Já vai registrando? Na linha  
745 332 está dizendo o seguinte: Traz, mas o conselho é feito da adversidade, pelo amor de  
746 Deus, é da diversidade. Adversidade não. Linha 451: Está na Procuradoria de Martinho  
747 Campos. É na Promotoria. Linha 686: Primeira palavra. Acolhidos, que sejam colhidos.  
748 Sejam colhidos os votos nominais. Linha 729: Só para melhorar um pouco o sentido.  
749 Depois de é o seguinte colocar os dois pontos. Linha 737: Está, árvores esparsas e antes  
750 do de colocar é de. Nem é de árvores esparsas é de uma vegetação densa. Na folha, na  
751 linha 1045: Esse segundo não identificou fui eu que falei. O segundo. Quando começa:  
752 só quero deixar claro para o senhor que tudo que eu disse aqui está disponibilizado no  
753 site da SEMAD. Segundo identificou da linha 1045 fui eu quem falei. Folha, linha  
754 1289. Lá no final ao invés de procedimento é empreendimento. Se existe AVCB dos  
755 autos já que se trata de um empreendimento. Linha 1778: Também para melhorar o  
756 sentido depois de EIA RIMA ao invés de ponto final é vírgula. Porque não há a  
757 necessidade de apresentação de EIA RIMA vírgula os estudos arqueológicos não serão



758 necessários. Depois de EIA RIMA ao invés de ponto final é vírgula. 1784: Só para  
759 deixar como está na Portaria IPHAM 230. Está dizendo urgência ou não referentes à  
760 apreciação e acompanhamento. Ao invés de de é e de pesquisas arqueológicas. No  
761 plural. Linha 1868: Está dizendo, a legislação não é clara e é a legislação é clara. A  
762 legislação é clara. Linha 2077: Que é o que vem sendo evocado, é invocado. 2266: no  
763 final está dizendo não identificou. Fui eu. Indeferimento pela inexistência de AVCB.  
764 Por fim, linha 2306. No final da linha 2306 tem também um não identificou. Então fui  
765 eu. Só isso. – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacia – Na linha 61.  
766 Realmente o pessoal deve ter encontrado dificuldade para ir no site do IBRAM para  
767 obter o manual de fechamento de mina que se encontra lá a disposição. Está IPRAM. É  
768 IBRAM. I-B-R-A-M. Nas linhas 569, 570. São nas duas. Na linha 571 o não identificou  
769 sou eu. Na linha 1184 também o não identificou sou eu. Na linha 2434 e 2435 o não  
770 identificou acho que na 2435 é o segundo não identificou sou eu. Temos também uma  
771 falha na linha 2021 eu não percebi essa falha em outras pessoas se manifestando, mas  
772 especificamente na minha manifestação na linha 2021 e na linha 2069 que, letra Q de  
773 quero 7,10, que é vazão mínima de 7 dias de duração e 10 anos de recorrência. O Q não  
774 está na linha 2021 nem na linha 2069 e em outras linhas inclusive manifestações do  
775 presidente. Estou pedindo correção exclusivamente naquilo que me compete, mas seria  
776 bom ver esse Q, é a letra que define a vazão. É só isso. Obrigado. – Marcos Veloso –  
777 Representante CREA – As correções que eu peço são na página, na linha 859 a palavra  
778 empreendedor deve ser substituída por empreendimento que foi a palavra dita. Na linha  
779 1990 onde está escrito 100%, 50% deve ser substituído por 150%. É só. – Lucélio –  
780 Representante SEDE – Na linha 1484, depois de Francisco, tira o e papapapapa e coloca  
781 uma reticência, fica mais bonito. Papapapapa é reticências. - Amilton Ferri  
782 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Senhores  
783 conselheiros, feitas as correções vou colocar em votação. Os conselheiros que estiverem  
784 de acordo já com as correções permaneçam como estão. **ATA APROVADA.** Só a título  
785 de exemplo mesmo. Como nós vimos alguns “não identificou” só lembrá-los para nós  
786 identificarmos antes de começar a fazer o uso da palavra. Obrigado. Vamos para o item  
787 **5. Processos Administrativos para exame de Revalidação da Licença de**  
788 **Operação:** - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São  
789 Francisco – Vou fazer a leitura de todos os itens. Aquele que tiver algum destaque, por  
790 favor, se manifeste no momento da leitura. Depois eu vou colocar em votação em bloco  
791 aqueles que não tiverem destaque. Para o item 5. **5.1 Zotto Calçados Ltda.**  
792 **Fabricação de calçados em geral - Nova Serrana/MG - PA/Nº**  
793 **01413/2005/003/2013 - Classe 5. Apresentação: Supram ASF. RETIRADO DE**  
794 **PAUTA em 17/10/2013.** – Não identificou – Destaque Comitê de Bacia. – Não  
795 identificou – Destaque Ministério Público. **6. Processos Administrativos para exame**  
796 **da Licença de Instalação Corretiva: 6.1 Medeiros Reflorestamento Ltda. - ME -**  
797 **Tratamento químico para preservação de madeira - Medeiros/MG - PA/Nº**  
798 **31925/2012/001/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF.** – Não identificou –  
799 Destaque Ministério Público. – Não identificou – Polícia Militar. **6.2 Prime Alimentos**  
800 **S/A. - Industrialização da carne, inclusive desossa, charqueada e preparação de**  
801 **conservas - Pará de Minas/MG - PA/Nº 02029/2009/002/2011 - Classe 3.**  
802 **Apresentação: Supram ASF.** – Não identificou – Destaque Ministério Público. – Não  
803 identificou- Polícia Militar. **7. Processos Administrativos para exame da Licença**  
804 **Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 7.1 Paulo Roberto**  
805 **Pedrosa/Granja Pedrosa II. - Suinocultura (ciclo completo) e formulação de**



806 rações balanceadas e de alimentos preparados para animais - Itaúna/MG -  
807 PA/Nº 23113/2012/001/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF. - Não  
808 identificou - Destaque Ministério Público. - Não identificou - Polícia Militar. -  
809 Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco - O  
810 item 7.2 e 7.3 foram retirados de pauta porque não foram disponibilizados os pareceres  
811 nos sites. **8. Processos Administrativos para exame da Licença de Operação**  
812 **Corretiva: 8.1 Maria Célia de Faria/Fazenda Moinho.** - Extração de areia e  
813 cascalho para utilização imediata na construção civil e extração de argila usada na  
814 fabricação de cerâmica vermelha - São Gonçalo do Pará/MG - PA/Nº  
815 01648/2006/004/2013 DNPM: 833.137/2011, 833.525/2011 e 833.526/2011 -  
816 Classe 3. Apresentação: Supram ASF. - Não identificou - Destaque DNPM. **8.2 José**  
817 **Maria de Almeida Assunção/Estância Santa Terezinha.** - Formulação de  
818 rações balanceadas e de alimentos preparados para animais, suinocultura (ciclo  
819 completo) e criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte  
820 (extensivo) - Onça de Pitangui/MG - PA/Nº 08752/2004/002/2012 - Classe 3.  
821 Apresentação: Supram ASF. - Não identificou- Destaque IBAMA. - Não identificou  
822 - Comitê de Bacia. - Não identificou - Ministério Público. - Não identificou - Polícia  
823 Militar. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São  
824 Francisco - Há um destaque também da SUPRAM. **8.3 S.S.B. Energia Renovável**  
825 **Ltda.** - Prestação de outros serviços não citados ou não classificados e outras  
826 formas de tratamento ou de disposição de resíduos não listadas ou não  
827 classificadas - Itaúna/MG - PA/Nº 09523/2006/002/2012 - Classe 5. Apresentação:  
828 Supram ASF. - Não identificou - Vistas FIEMG. - Amilton Ferri Vasconcelos -  
829 Presidente Suplente da URC Alto São Francisco - Vista concedida para o  
830 representante da FIEMG. **8.4 Cerâmica Igaratinga Ltda.** - Fabricação de telhas,  
831 tijolos e outros artigos de barro cozido, exclusive de cerâmica e outras formas  
832 de tratamento ou de disposição de resíduos não listadas ou não classificadas -  
833 Igaratinga/MG - PA/Nº 24459/2010/001/2012 - Classe 3. Apresentação:  
834 Supram ASF. - Não identificou - Destaque Comitê de Bacia. - Não identificou -  
835 Polícia Militar. - Não identificou - Ministério Público. **8.5 Sibeles Alimentos Ltda.** -  
836 Preparação do leite e fabricação de produtos de laticínios - Pará de Minas/MG -  
837 PA/Nº 00966/2003/005/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF. - Não  
838 identificou - Destaque Ministério Público. **8.6 Adilson Gonçalves dos Santos - ME.**  
839 **(Ex: Lisboa Comercio de Resíduos para Fundação Ltda)** - Reciclagem ou  
840 regeneração de outros resíduos classe 1 (perigosos) não especificados - Carmo da  
841 Mata/MG - PA/Nº 1202/2006/003/2011 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF. -  
842 Não identificou - Ministério Público. **9. Processos Administrativos para exame de**  
843 **Revalidação da Licença de Operação: 9.1 Sapporo Indústria e Comércio Ltda.** -  
844 Reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não perigosos) não  
845 especificados - Itaúna/MG - PA/Nº 00376/2000/007/2013 - Classe 3.  
846 Apresentação: Supram ASF. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da  
847 URC Alto São Francisco - Há um destaque da SUPRAM. - Não identificou -  
848 Ministério Público. - Não identificou - Polícia Militar. **9.2 Frigorífico Vale da**  
849 **Conquista Ltda - ME.** - Abate de animais de médio e grande porte (suínos, ovinos,  
850 caprinos, bovinos, eqüinos, bubalinos, muares, etc.) - Itaguara/MG - PA/Nº  
851 00011/2004/004/2013 - Classe 5. Apresentação: Supram ASF. - Não identificou -  
852 Destaque Ministério Público. - Não identificou - Comitê de Bacia. **10. Processo**  
853 **Administrativo para exame de Prorrogação de Prazo de Validade da Licença**



854 **Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 10.1 COOPERCARNE -**  
855 **Cooperativa Regional de Carnes e Derivados Ltda. - Abate de animais de médio e**  
856 **grande porte (suínos, ovinos, caprinos, bovinos, eqüinos, bubalinos, muares,**  
857 **etc.) - Itaúna/MG - PA/Nº 10208/2008/001/2008 – Classe 3. Apresentação: Supram**  
858 **ASF. – Não identificou – Destaque IBAMA. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente**  
859 **Suplente da URC Alto São Francisco – Como todos tiveram destaque vamos retornar**  
860 **ao item 5.1. 5.1 Zotto Calçados Ltda. Fabricação de calçados em geral - Nova**  
861 **Serrana/MG - PA/Nº 01413/2005/003/2013 - Classe 5. Apresentação: Supram**  
862 **ASF. RETIRADO DE PAUTA em 17/10/2013. - Amilton Ferri Vasconcelos -**  
863 **Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Destaque é do representante do**  
864 **Comitê de Bacia e do Ministério Público. – Roberto Soares Nogueira – Representante**  
865 **Comitê de Bacia – Tem dois prazos que eu estou achando desnecessários. Na**  
866 **condicionante 9, já que a empresa tem horímetro e hidrômetro não há porque esperar 90**  
867 **dias para medição e anotação dos valores. Eu acho que deveria ser durante a vigência da**  
868 **licença. 90 dias não sei porque é padrão dessa condicionante. Na condicionante 13**  
869 **também, o tamponamento do poço está sendo dado 90 dias. Se vai tamponar eu acho**  
870 **que também uns 10 dias seriam mais que o suficiente. Eu também queria chamar a**  
871 **atenção pelo seguinte: Pelo que está no relatório técnico essa empresa não demonstrou**  
872 **em momento algum vontade de resolver o problema do tratamento dos resíduos**  
873 **sanitários. Ela está ganhando dois anos de bônus. Eu particularmente acho que nós aqui**  
874 **estamos sendo muito benevolentes. Eu não sei se juridicamente seria possível, mas pelo**  
875 **menos cortar um ano desses dois de bônus seria um bom exemplo para que as empresas**  
876 **se preocupassem mais em resolver, ainda mais, numa cidade que tem indisponibilidade**  
877 **hídrica e problemas sérios com os esgotos sanitários. Se for juridicamente possível eu já**  
878 **faço a proposta de redução de 6 anos para 5 anos dessa licença. – Sônia Godinho –**  
879 **Representante SUPRAM – O único fato que faz com que se retire o prazo, retire esse**  
880 **benefício de 2 anos de uma empresa é a autuação transitado em julgado. O que não é o**  
881 **caso aqui presente. – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacia – Eu já**  
882 **fiz a defesa disso aqui um monte de vezes. Nós estamos trabalhando com a legislação**  
883 **mineira que é frontalmente contrária do CONAMA. A legislação mineira não pode ser**  
884 **mais restritiva, menos restritiva do que a CONAMA não. Aquela, se não me engano,**  
885 **DN 17 é irregular. É inconstitucional. É muito menos restritiva do que o CONAMA que**  
886 **manda que os prazos se devam a todos aqueles fatores analisados e não simplesmente a**  
887 **autuação. Eu acho que nós podemos perfeitamente votar aqui essa redução sem medo**  
888 **nenhum de ferir a lei. – Francisco – Representante Ministério Público – Duas**  
889 **colocações: A primeira delas também em relação ao lançamento dos efluentes sanitários**  
890 **na rede pública sem tratamento. Essa era uma questão que, se tivesse sido votada na**  
891 **reunião passada, teria uma característica diferente na medida em que nesse interregno a**  
892 **SUPRAM, como foi dita pela Paula, concedeu a APO para o funcionamento da ETE,**  
893 **mas eu acho que justamente por isso é preciso que o empreendimento se adeque já que**  
894 **agora ele tem alternativas para se adequar. Antes parece que ele tinha dificuldades até**  
895 **para instalação de fossa séptica, segundo o que me informaram, mas hoje ele tem**  
896 **alternativas para tratar os efluentes sanitários. Na medida que, eu acho, que uma**  
897 **concessão de uma revalidação de licença de operação sem que o empreendimento adote**  
898 **qualquer medida de controle em relação aos efluentes sanitários é um precedente**  
899 **perigoso. O primeiro encaminhamento que eu faço é no sentido de que os efluentes**  
900 **sanitários, primeiro haja a comprovação do correto tratamento para que depois seja**  
901 **concedida a LA notadamente que agora existe alternativa para isso no município de**



902 Nova Serrana. A segunda coisa, isso no meu ponto de vista, não pode ser relegado a  
903 condicionante. Isso tem que ser prévia à concessão da licença. A segunda questão é a  
904 instalação da cabine de halogênio que também foi relegada a condicionante. Como se  
905 trata de uma revalidação de licença de operação e no empreendimento como esse eu  
906 acho que essa cabine de halogênio já poderia estar instalada. O empreendimento já vem  
907 operando e agora vai revalidar mais uma vez sem a cabine de halogênio. Eu acho que  
908 essa questão também não pode ser relegada a condicionante. Em razão disso, senhor  
909 presidente, meu encaminhamento, num primeiro momento, é para baixa em diligência  
910 para que essas questões sejam solucionadas e depois o processo retorne a pauta de  
911 forma madura e havendo a recusa já manifestação pelo indeferimento. – Jorge –  
912 SUPRAM ASF – O seguinte: Como já foi dito aqui, foi concedida a APO, Autorização  
913 Provisória de Operação para a ETE de Nova Serrana, sendo assim o efluente dessa  
914 empresa será destinado a esse sistema. Sendo assim nós até já sugerimos a retirada da  
915 condicionante número 7 que era sobre executar conforme o projeto apresentado a  
916 construção do sistema de tratamento de esgoto sanitário que atende as normas da  
917 ABNT. Assim nós retiraríamos também no anexo 2, o item 1 que seria sobre o  
918 automonitoramento desse efluente. Quanto à instalação desse sistema, não sei, talvez o  
919 empreendedor queira se manifestar sobre a instalação desse sistema, mas não vejo  
920 necessidade tendo em vista que a ETE de Nova Serrana vai tratar esse efluente. Quanto  
921 a cabine de halogênio nós verificamos que a aplicação de halogênio pela empresa é em  
922 uma quantidade muito pequena. É locacional mesmo esse efeito e por segurança nós  
923 decidimos solicitar a instalação dessa cabine, mas nós não vemos nenhuma significativa  
924 emissão nesse local. – Eurípedes – Representante COPASA/SEDRU – Com relação à  
925 Zotto, eu não tenho conhecimento da locação dela. Na verdade a ETE de Nova Serrana  
926 está entrando em operação e nós temos dentro da COPASA um programa que chama  
927 PRECEND, Programa de Recebimento de Esgoto Não Doméstico. Esse programa a  
928 COPASA fiscaliza o empreendimento, verifica a geração do esgoto, qualifica esse  
929 esgoto nos padrões que ela pode receber esses esgotos das nossas redes e faz um  
930 contrato de prestação de serviço com esse empreendedor. No caso da Zotto, eu estou  
931 dizendo que ainda não conheço a locação da empresa, porque nós estamos na seguinte  
932 situação em Nova Serrana. A estação vai entrar em operação, mas ela vai entrar em  
933 operação ainda com a limitação. Ela vai estar tratando 80% do esgoto de Nova Serrana.  
934 Eu preciso saber, se no caso dessa situação da Zotto, se realmente eu consigo agora  
935 nesse momento tratar esse esgoto dela. Diante disso o meu esclarecimento seria esse.  
936 Não sei se a Paula tem essa. – Paula – SUPRAM ASF – Até foi uma pena o João  
937 Martins da COPASA aqui de Divinópolis ter saído, mas a concessão foi para 100% do  
938 esgoto. A linha de interceptores, a malha de interceptores de coleta no município já está  
939 pronta. Nós só não conseguimos conceder a essa APO antes porque tinha um problema  
940 para transpor a 262, com as obras da 262, mas a informação que ele me deu é que em  
941 primeiro momento nós estamos trabalhando com esse escalonamento mesmo de 80%  
942 por causa desse impeditivo de chegar o esgoto até a ETE por questões de  
943 desapropriação. Agora, já está tudo liberado. Eles já conseguiram autorização e a nossa  
944 equipe esteve lá na mesma semana que tinha sido liberado para 100% do que está  
945 previsto. Em relação ao PRECEND. Não conheço o empreendimento, mas o Jorge pode  
946 até confirmar, esse empreendimento não gera efluente industrial. Não seria o caso do  
947 PRECEND. O que nós estamos discutindo mesmo do tratamento seria da implantação  
948 da fosse séptica, seria para efluente com característica doméstica. Não é o efluente  
949 industrial. São essas as informações que eu tenho a respeito da estação. – Não



950 identificou – Por isso até o João teve que sair e não pode tomar a palavra, porque é ele  
951 que executa a obra em Nova Serrana, mas só com relação ao PRECEND, Paula. É um  
952 programa interno da COPASA que, diferente de ser industrial, ela tem esse programa e  
953 ela faz essa abordagem com as empresas. É um caso que vai acontecer em Nova  
954 Serrana, em todas elas aonde a caracterização do esgoto pode chegar a um valor que nós  
955 atribuímos que será taxado a mais ou a menos em função do esgoto que ele gera. Da  
956 classificação do esgoto que a empresa gera. Com relação somente essa informação que  
957 eu queria passar para vocês. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da  
958 URC Alto São Francisco – Senhor conselheiro, eu acho que várias dúvidas foram  
959 sanadas aqui. Ficando a questão da retirada da condicionante 7 e consequentemente o  
960 item 1 do anexo 2 da questão da implantação do sistema de tratamento de efluentes  
961 sanitários. Isso já é uma proposta da SUPRAM. Realmente não caberia mais essa  
962 condicionante. A questão levantada pelo conselheiro Roberto. A questão do prazo de  
963 90 dias das planilhas, realmente 90 dias seria o mais adequado aqui seria o prazo de  
964 validade da licença. Obviamente que a planilha é durante a validade da licença. Agora a  
965 questão do tamponamento eu vou colocar em votação por uma questão de estar  
966 alterando o prazo do empreendedor de 90 para 10 dias. - Não identificou – Referente à  
967 condicionante 9. É porque já há a instalação de horímetro e hidrômetro. Eu não vejo  
968 porque esperar 90 dias para começar a fazer a medição e a anotação. Já existe o  
969 equipamento e está lá instalado. A respeito do tamponamento com o prazo de 10 dias  
970 seria importante, eu acho, escutar a manifestação do empreendedor. Eu acho que é  
971 suficiente, mas pode ser que exista algum dificultador que é melhor nós prevenirmos do  
972 remediarmos. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São  
973 Francisco – O representante do empreendimento está presente? - Tiago Amorim –  
974 Representante da Zotto Calçados – Com relação a condicionante 9 a questão das  
975 leituras. Já acontecem essas anotações, como o conselheiro Roberto falou para darmos  
976 continuidade. Com relação a condicionante 13, realização do tamponamento do poço  
977 colocou aqui 10 dias. Na verdade esse empreendimento estava com os poços em  
978 operação e esse outro poço começou a dar baixa vazão. Quando da revalidação nós  
979 inclusive mandamos um ofício para a SUPRAM informando que não estava sendo  
980 revalidado em função disso e foi contratada uma empresa para fazer os estudos para  
981 verificar se realmente ia tamponar ou se realmente ia fazer uma nova outorga. Esse poço  
982 não está em uso. Inclusive a quantidade outorgada hoje do outro poço e o uso da  
983 COPASA é superior ainda e isso é mais uma questão de segurança. Pode colocar a  
984 questão do tamponamento para 10 dias que nós não vemos problemas. - Amilton Ferri  
985 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Eu vou colocar em  
986 votação o processo depois eu coloco em votação a alteração desse prazo da  
987 condicionante 13. Os conselheiros que estiverem. - Roberto Soares Nogueira –  
988 Representante Comitê de Bacia – Eu fiz uma outra observação a respeito do prazo de  
989 validade que está sendo oferecido. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente  
990 da URC Alto São Francisco – Eu acho que o prazo foi bem orientado pela assessoria  
991 jurídica. Não temos essa opção na Deliberação Normativa 17. É uma Deliberação  
992 Normativa, não é uma lei. Resolução CONAMA também não é uma lei. Eu não vejo a  
993 possibilidade de redução fora o que está na regra do Estado da DN 17 a qual não tem  
994 essa opção. Eu vou colocar em votação o processo. Os conselheiros que estiverem de  
995 acordo com o parecer da SUPRAM permaneçam como estão, os contrários, por favor,  
996 se manifestem. - Francisco – Representante Ministério Público – Mantenho a minha  
997 manifestação pelo indeferimento em razão da questão da cabine do halogênio e por se



998 tratar de empreendimento classe 5, portanto, presunção de geração de significativo  
999 impacto e no parecer diz que não é de significativo impacto. – Roberto Soares Nogueira  
1000 – Representante Comitê de Bacía – Por me indispor com essa Deliberação 17 que eu  
1001 acho que é ilegal. Eu quero me abster de votar nesse processo. – Não identificou –  
1002 Abstenção do DNPM. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC  
1003 Alto São Francisco – **PROCESSO APROVADO** com um voto contrário do  
1004 representante do Ministério Público e duas abstenções, representantes do DNPM e  
1005 Comitê de Bacía. Coloco agora em votação a alteração do prazo da condicionante 13 de  
1006 90 para 10 dias. Os conselheiros que estiverem de acordo com a redução desse prazo  
1007 permaneçam como estão. **PRAZO ALTERADO** da condicionante. Vamos para o item  
1008 6.1. **6. Processos Administrativos para exame da Licença de Instalação Corretiva:**  
1009 **6.1 Medeiros Reflorestamento Ltda. - ME - Tratamento químico para**  
1010 **preservação de madeira - Medeiros/MG - PA/Nº 31925/2012/001/2013 - Classe 3.**  
1011 **Apresentação: Supram ASF.** - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da  
1012 URC Alto São Francisco – Destaque. A condicionante 9 acredito que não seja  
1013 necessária colocar em votação porque é obvio que ele já tem instalado o horímetro e  
1014 hidrômetro. O representante já comunicou que já faz essa apresentação. Ele passa a  
1015 apresentar já agora. Ele é durante a validade de licença de instalação. – Roberto Soares  
1016 Nogueira – Representante Comitê de Bacía – Presidente, a condicionante que está no  
1017 relatório é 90 dias de prazo. Esses 90 dias de prazo tem que ser mudado. - Amilton  
1018 Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Já está  
1019 mudado. Ele já está mudado. Não vejo a necessidade de colocar isso em votação. –  
1020 Paula – SUPRAM ASF – Quando votou Roberto, já votou com a alteração dessa  
1021 mudança de condicionante que foi o que o Amilton explicou no começo. Como era  
1022 obvio que ele teria que fazer o monitoramento durante a vigência da licença, quando nós  
1023 votamos o processo já votamos com a alteração. Já vai ser mudado. Não precisa votar a  
1024 parte. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco  
1025 – Continuando aqui. Vamos ao item 6 que está com destaque do representante do  
1026 Ministério Público e da Polícia de Meio Ambiente. – Sílvia – Representante Município  
1027 de Divinópolis – Senhor presidente, eu gostaria de pedir a minha retirada em razão de  
1028 um imprevisto. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São  
1029 Francisco – Obrigado. – Sargento Nixon – Representante Polícia Militar – Desculpe, eu  
1030 não consegui verificar aqui no processo. Eu só queria saber se esse empreendimento tem  
1031 o auto de vistoria do Corpo de Bombeiros. – Rafael – SUPRAM ASF – Não tem. Não  
1032 tem. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco  
1033 – Só esclarecendo. É uma licença de instalação corretiva. – Não identificou – Deixar  
1034 bem claro isso. – Não identificou – Sei que é instalação corretiva, mas se não orientar o  
1035 empreendedor agora vai incorrer da mesma forma quando ele vier com a instalação de  
1036 operação pedir isso para ele. Já poderia colocar isso para o empreendedor. Considerando  
1037 aqui, apesar do senhor Roberto falando, ele está num local que talvez não corra riscos  
1038 de incêndio, mas não foi isso que eu ouvi do representante do Corpo de Bombeiros. Não  
1039 sou eu quem vai determinar o que é risco ou que não é. – Francisco – Representante  
1040 Ministério Público – Eu concordo com a manifestação da Polícia Militar. Como se trata  
1041 de uma licença de instalação, ainda corretiva, isso pode ser colocado como  
1042 condicionante para que na fase de operação, na formalização do processo, ele já  
1043 presente. Inclusive porque, salvo engano, para esse tratamento de madeira, essa é uma  
1044 outra questão que eu quero ponderar, é utilizado um produto extremamente tóxico que é  
1045 o CCA. Quando eu era conselheiro na URC Jequitinhonha e lá existem mais



1046 procedimentos com essa tipologia, eu questionei algumas vezes isso e talvez a  
1047 SUPRAM do Alto São Francisco tem uma resposta diferente para me dar. Esse produto  
1048 CCA é proibido na Europa para utilização em estruturas que tem o contato humano. Por  
1049 exemplo, playground de criança que tem a utilização de madeira, etc. não pode utilizar  
1050 CCA para tratar a madeira tamanha é a toxicidade do produto. Em razão disso, desde os  
1051 tempos do Jequitinhonha, até pelo princípio da precaução porque eu imagino que devem  
1052 existir alternativas na medida em que na Europa existem playgrounds e os playgrounds  
1053 não são tratados com esse tipo de produto, devem existir alternativas para o tratamento.  
1054 Em razão do princípio da precaução eu costumava me manifestar pelo indeferimento,  
1055 mas eu não sei se existe algum estudo, alguma análise por parte da SUPRAM a respeito  
1056 das alternativas existentes para tratar a madeira que não seja com a utilização do CCA. -  
1057 Paula – SUPRAM ASF – Não existe esse estudo por parte da SUPRAM, mas, realmente  
1058 existe essa proibição aqui também, só que os processos que nós autorizamos até hoje  
1059 foram para mourões. Nós não tivemos a utilização. Nós não sabemos falar a partir daí  
1060 qual seria a cadeia. Para onde a empresa venderia. Existe essa proibição também. É um  
1061 produto que é persistente no ambiente. É um produto realmente tóxico. Nós autorizamos  
1062 por causa do sistema que essas empresas utilizam que é em circuito fechado por  
1063 autoclave, não existe risco de contaminação uma vez que a empresa tenha todas as  
1064 medidas de controle implementadas, inclusive com bacia de contenção. Nós não  
1065 conseguimos identificar a cadeia para onde está indo esses mourões. Nós fazemos a  
1066 licença para uma parte inicial do processo, mas nós podemos verificar com o  
1067 empreendedor se existe alguma outra alternativa que não seja de uso do CCA. – Roberto  
1068 Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacia – Eu tenho uma sugestão. Porque  
1069 não então colocar como condicionante o cumprimento dessa proibição? Para fins de... –  
1070 Paula – SUPRAM ASF – Ela não é proibida. Não é proibido fazer o tratamento. O  
1071 produto é permitido. O produto é permitido, mas eu acho que não vem ao caso de nós  
1072 colocarmos essa proibição nos processos de licenciamento. Nós podemos verificar  
1073 realmente se existe outro produto que seja menos agressivo do que o próprio CCA,  
1074 Roberto. Não existe proibição para fazer a preservação da madeira com esse tratamento.  
1075 – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacia – Eu entendi  
1076 perfeitamente, Paula. O que eu estou propondo é, já que nós aqui no conselho  
1077 controlamos inclusive destinação de produtos das empresas, compra de produtos para  
1078 empresas, porque nós não colocamos aqui uma condicionante impedindo que o produto  
1079 desta empresa seja destinado para finalidade tal. – Paula – SUPRAM ASF – Queria  
1080 pedir a ajuda do jurídico e ouvir também o empreendedor. Se é conveniente, até onde  
1081 nós podemos ir, porque eu não vejo, nós estamos mexendo numa questão de mercado,  
1082 Roberto. Eu sei que o produto é perigoso, mas nós estamos indo além da nossa  
1083 competência no próprio licenciamento. Eu queria até escutar o próprio, eu acho que  
1084 empreendedor está aí para avaliar com eles sobre essa questão, porque eu realmente, a  
1085 minha opinião é para não inserir a condicionante. – Vicente Gabriel dos Santos Fidelis –  
1086 Representante Medeiros Reflorestamento – Senhores, bom dia! Meu nome é Vicente  
1087 Gabriel dos Santos, eu sou engenheiro florestal da Medeiros Reflorestamento. Quanto a  
1088 preocupação dos senhores quanto a contaminante, também é preocupação nossa. Por  
1089 isso o nosso funcionário foi devidamente, é para ser devidamente treinado e usar ao  
1090 EPI's para o produto. Tem essa preocupação. Quanto ao uso do playground. A IMA que  
1091 tratou a madeira por mais de 50 anos desenvolveu esse folder, no entanto isso só  
1092 acontece uma vez e vende esse produto para playground. Nunca teve nenhum problema.  
1093 Os clientes da IMA para o playground é a Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de



1094 Belo Horizonte, nos parques, Parque das Mangabeiras, o IEF nos parques também  
1095 compra essa madeira e coloca nos playgrounds de seus parques. Outra coisa. Esse  
1096 produto apesar de ser tóxico é usado em baixíssima concentração. Ele vem com 60% de  
1097 concentração e ainda é diluído em 4 mil litros de água. A função do cromo é fixar. A  
1098 madeira é tratada só na parte verde dela, (inaudível). O cerne não é tratado. Prova disso  
1099 que esse produto não devia que é quando a CEMIG troca os postes dela depois de 20,  
1100 30 anos e por dentro está oco e por fora está preservado. Por dentro está oco, ou seja,  
1101 não existia nem a madeira. O fungo, os cupins continuam atacando, porque não preserva  
1102 o cerne. Só preserva a parte branca da madeira. Outra. Em Minas Gerais tem mais de  
1103 120 autoclaves até semana passada. Essa semana deve ser mais. Restaurante, banco de  
1104 praça, tudo está com madeira sendo tratada hoje, porque até telhado de casa, porque não  
1105 tem problema de fixação. Nos postes da Cemig nós não vimos nenhuma contaminação  
1106 desse produto. Quanto ao processo industrial não há substituto para preservar a madeira  
1107 em situação nenhuma. Na nossa situação muito menos. O processo é fechado. A  
1108 indústria foi feita para esse tipo de produto. Eu desconheço. Mais de 5 usinas de  
1109 preservação. Eu desconheço. O produto na madeira você pode pegar a madeira e  
1110 carregar depois de fixada e tratada. Entre 2 ou 3 dias fixou o produto que tem nos postes  
1111 nas ruas, os restaurantes, parques, playground tem esse produto. Não há registros de  
1112 contaminação depois de tratada. É um processo seguro. Até então que nós conhecemos.  
1113 Eu não conheço casos de contaminação depois de tratada. O exemplo que eu falei. Nem  
1114 dentro da madeira consegue preservar o (inaudível) é fixado. É uma reação química que  
1115 ocorre. Mais algum esclarecimento? – Francisco – Representante Ministério Público –  
1116 O produto que vai ser produzido no empreendimento tem quais os destinatários no  
1117 mercado? Para utilização de mourões ou numa forma geral? Pode ser inclusive  
1118 destinado no mercado a construção de playground etc. ou ele é limitado a mourões? É  
1119 só para esclarecer a dúvida que a Paula levantou. – Não identificou – 95% é mourões e  
1120 alguma coisa para galpão industrial ou outro mercado. Esse mercado de playground  
1121 aqui é muito restritivo. Precisa de um trabalho depois de tratamento. Precisa de um  
1122 reprocessamento. Nós temos a pretensão de colocar outra indústria para reprocessar  
1123 isso. Não é nossa pretensão não. Entendeu? – Francisco – Representante Ministério  
1124 Público – Só deixando claro que a questão é sensível mesmo. Isso foi até em razão do  
1125 número de empreendimento no Jequitinhonha eu passei a estudar o assunto. A questão é  
1126 que, salvo engano, e o senhor pode me confirmar isso, a utilização do produto é liberada  
1127 no âmbito nacional. Não é proibida. O que eu utilizava para me manifestar pelo  
1128 indeferimento era em razão da dúvida gerada por conta do tratamento disso no restante  
1129 do mundo. Eu invocava o princípio da precaução para amparar a minha dúvida  
1130 juridicamente, mas é uma questão bastante sensível mesmo. O que eu tenho alegado  
1131 aqui eu já aleguei em outras oportunidades também. Não sei se teria algum outro  
1132 encaminhamento, apresentação de um estudo com alternativas, etc., mas de toda forma  
1133 já adianto que no mérito desse processo eu vou me abster em razão da existência de  
1134 procedimento em Bambuí. – Não identificou – Obrigado. - Amilton Ferri Vasconcelos  
1135 - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Nós temos uma situação proposta  
1136 de até de condicionante de apresentação de um protocolo ou alguma coisa do Corpo de  
1137 Bombeiros vai permanecer representante? – Francisco – Representante Ministério  
1138 Público – Sim, vou me abster do mérito, mas eu faço coro à Polícia Militar no sentido  
1139 que seja apresentado o AVCB na formalização da LO. Não é o protocolo não. É o  
1140 AVCB, porque no caso ainda é uma licença de instalação. Para a operação ele tem que  
1141 estar já munido do AVCB. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da



1142 URC Alto São Francisco – Então eu vou colocar em votação o processo, depois eu  
1143 coloco em votação a inclusão dessa condicionante. Coloco em votação o item 6.1. Os  
1144 conselheiros que estiverem de acordo com o parecer da SUPRAM permaneçam como  
1145 estão. – Não identificou – Abstenção do Ministério Público. - Amilton Ferri  
1146 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Registrada a  
1147 abstenção do Ministério Público. **PROCESSO APROVADO.** Coloco agora em  
1148 votação a inclusão da condicionante que seria a apresentação do AVCB, prazo na  
1149 formalização da LO. Os conselheiros que estiverem de acordo com a inclusão dessa  
1150 condicionante, permaneçam como estão. **CONDICIONANTE INCLUÍDA.** Partimos  
1151 então para o item 6.2. **6.2 Prime Alimentos S/A. - Industrialização da carne,**  
1152 **inclusive desossa, charqueada e preparação de conservas - Pará de Minas/MG -**  
1153 **PA/Nº 02029/2009/002/2011 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF. - Amilton**  
1154 **Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco** – Destaques  
1155 representante do Ministério Público e Polícia Militar. – Sargento Nixon – Representante  
1156 Polícia Militar – Novamente sobre o AVCB que eu não vi ele aqui e no caso como  
1157 ainda é licença de instalação sugerir também a inclusão da condicionante anterior. –  
1158 Francisco – Representante Ministério Público – Só um detalhe. Nesse caso eu até anotei  
1159 essa questão do AVCB só que tenho uma preocupação. Se trata de uma ampliação de  
1160 uma AAF anterior. Portanto, o empreendimento já está em operação numa determinada  
1161 parcela. Ou não? – Sônia Godinho – SUPRAM ASF – A AAF era para instalação  
1162 também. – Não identificou – AAF para instalação? – Não identificou – Sim. – Não  
1163 identificou – Então o empreendimento e nenhuma de suas parcelas está em operação? –  
1164 Não identificou – Não. – Não identificou – Só isso. - Amilton Ferri Vasconcelos -  
1165 Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Há um inscrito para fazer o uso da  
1166 palavra. Por favor. 5 minutos. – José Andrade – Representante da Prime Alimentos –  
1167 Bom dia, senhores conselheiros. José Andrade da consultoria que presta assessoramento  
1168 para o empreendimento. Eu sei que esse assunto é polêmico. Já inicio pedindo desculpas  
1169 por trazê-lo de volta, mas nós como consultor somos pagos para proteger o  
1170 empreendimento tanto do ponto de vista ambiental quanto de todas aquelas coisas que  
1171 nós entendemos que talvez possam ser exageradas. Nós ouvimos aqui hoje muito  
1172 produtiva, muito interessante a apresentação do Corpo de Bombeiros, muito elucidativa.  
1173 Lamentavelmente nós não podemos participar, mas entendemos perfeitamente o motivo.  
1174 A nossa preocupação é o seguinte. Pelo que eu entendi e pelo que eu pude perceber aqui  
1175 do Corpo de Bombeiros existe uma legislação específica, existe uma entidade  
1176 constituída com normas, procedimentos estabelecidos, inclusive, eu tive a preocupação  
1177 de perguntar aqui no final para o comandante. Eu perguntei inclusive se o Corpo de  
1178 Bombeiros se existe legalmente a possibilidade de autuar o empreendimento pela falta  
1179 do AVCB. Ele me respondeu que sim. Repito. Sei que o assunto é polêmico dentro da  
1180 esfera das SUPRAM's. Nós não estaríamos, não sou advogado, mas talvez o promotor  
1181 possa me ajudar nessa terminologia, eu sei que existe um argumento jurídico chamado  
1182 bis in idem, ou seja, ao determinar-se uma condicionante de licenciamento ambiental  
1183 para um empreendimento onde você vai estar imputando a responsabilidade de que  
1184 nesta licença ele tenha que ter procedimentos de apresentação de AVCB, etc. caso isso  
1185 não aconteça, ele está, digamos, ele se torna passível de ser autuado, ao mesmo tempo  
1186 que ele está passível de ser autuado pelo mesmo motivo pelo Corpo de Bombeiros. Isso  
1187 não seria um excesso? Isso não seria uma extrapolação de uma esfera de licenciamento  
1188 ambiental? Desculpem. É só uma pergunta. Repito a minha intenção aqui é proteger o  
1189 empreendimento que nos contratou. Se já existe uma norma, existe um organismo



1190 constituído para fiscalizar, autuar, exigir porque isso tem que ser imputado a esse  
1191 empreendimento nesse local. Muitas vezes, questões muito mais urgentes ambientais  
1192 ficam impedidas de se dar continuidade porque você sem a posse de uma licença  
1193 ambiental, muitas vezes o empreendimento não pode dar continuidade porque junto  
1194 com a licença, muitas vezes você tem a autuação de determinados projetos e prazos vão  
1195 ser estabelecidos para que a partir dali eles começam a implantar determinados  
1196 sistemas. Muitas vezes isso é postergado em função de que ele não tem um AVCB que é  
1197 obrigação do Corpo de Bombeiros. Era só isso e encerrar dizendo que eu só solicitaria  
1198 assim, veementemente, aos conselheiros que não colocassem, por gentileza, essa  
1199 condicionante. Muito obrigado. – Francisco – Representante Ministério Público – A  
1200 pergunta do senhor é inteligente. Eu vou respondê-la dando um exemplo. É documento  
1201 essencial para o processo de licenciamento a anuência da Prefeitura Municipal  
1202 informando que o empreendimento está de acordo com as normas e regulamentos da  
1203 Prefeitura. Se eventualmente algum empreendimento se instalar fora do regramento  
1204 municipal a Prefeitura por si só e de forma autônoma vai poder autuá-lo também.  
1205 Porque nós nunca questionamos aqui a anuência da Prefeitura dentro do processo e  
1206 questionamos o AVCB? Na medida em que também assim como o Corpo de Bombeiros  
1207 a Prefeitura tem independência para poder autuar? E a declaração de conformidade da  
1208 Prefeitura também faz parte do processo de licenciamento. Só um primeiro exemplo.  
1209 Ninguém aqui nunca questionou a declaração da Prefeitura como documento essencial.  
1210 Essa questão de que o Corpo de Bombeiros pode autuar de forma autônoma e pode  
1211 realmente tem que ser visto da mesma forma que a Prefeitura também pode autuar de  
1212 forma autônoma e ainda assim o documento da Prefeitura é tido como essencial no  
1213 processo de licenciamento. – José Andrade – Representante Prime Alimentos- Me  
1214 permita. Primeiro eu acho importante que nós entendamos o seguinte. O procedimento  
1215 ambiental é muito claro e muito transparente, ou seja, o empreendedor ele se dirige ao  
1216 órgão ambiental com o FCE. Digamos que seja o start inicial de um processo. A partir  
1217 desse FCE ele é orientado de que maneira ele deva proceder para tocar o seu barco  
1218 ambiental. Para ser legalizado do ponto de vista ambiental. Nesse FOB, isso por já estar  
1219 estabelecido há anos, ou seja, já é um procedimento que está instituído digamos que na  
1220 normatização do licenciamento. Nesse FOB já lhe é pedido a apresentação da  
1221 declaração de conformidade com as leis e regulamentos administrativas daquele  
1222 município. Nesse caso específico você tem uma agravante que eu particularmente  
1223 considero que, nesse caso por exemplo, é uma licença de instalação ou seja o órgão  
1224 ambiental está autorizando instalar um empreendimento em determinado local e eu  
1225 concordo que seria um absurdo o órgão ambiental dizer que pode iniciar a sua instalação  
1226 se por exemplo a Prefeitura dizer não. Aqui não pode. Eu concordo que não há  
1227 possibilidade municipal de se autorizar a ele a funcionar neste local aqui por essas e  
1228 essas questões, mas eu não vejo essa interligação com a questão, repito, do Corpo de  
1229 Bombeiros, ou seja, vou extrapolar um pouco o meu raciocínio. Todo mundo sabe que  
1230 aqui nós licenciamos transporte de resíduos perigosos. Todo mundo sabe que o  
1231 motorista está passível de dirigir bêbado transportando aquele absurdo de resíduo  
1232 perigoso nas suas costas, mas nem por isso eu entendo que seria obrigação do conselho  
1233 de Meio Ambiente de exigir o bafômetro diariamente do empreendedor. Seria  
1234 interessante? Claro que sim, mas talvez não seja digamos interessante para o conselho  
1235 de Meio Ambiente travar os seus processos ambientais para assumir que  
1236 responsabilidades de outros órgãos, de outros organismos. Eu estou pensando muito  
1237 mais é até na imagem do próprio conselho, porque da mesma maneira que o



1238 comandante chegou aqui e falou que é desagradável eles ficarem ouvindo que, poxa o  
1239 Bombeiro trava o processo de aprovação do projeto. Externamente eu tenho certeza que  
1240 isso é público para os senhores não só em Minas, mas no Brasil inteiro existe uma visão  
1241 disseminada de que os processos ambientais são morosos e muitas vezes eles não são.  
1242 Por estar absorvendo pontualmente questões que não lhe diz respeito eles se tornam  
1243 morosos. Vou dar um outro exemplo fatal para o senhores. Empreendimentos por  
1244 exemplo de abatedores, frigoríficos que estão com uma proximidade inferior, se não me  
1245 engano, a 12 quilômetros de aeroportos. O licenciamento ambiental é exigido uma  
1246 anuência do COMAR, Comando Aéreo Regional. Igual ao Corpo de Bombeiros o  
1247 COMAR tem uma legislação própria. Ele tem procedimento próprio. Ele tem poder de  
1248 intervir, de fechamento, tudo. O que acontece? Você apresenta esse projeto num único  
1249 lugar que é no Rio de Janeiro. Ali ele analisa processo por processo do Brasil inteiro e,  
1250 pasmem os senhores, existe hoje uma briga, eu não vou chamar de briga, mas uma  
1251 divergência interna dentro da aeronáutica de que o setor que é responsável hoje pela  
1252 análise desses processos de anuência, eles entendem que não é mais da responsabilidade  
1253 deles. Pararam o procedimento. Não estão liberando essas anuências e nós estamos  
1254 sendo obrigados a solicitar aos empreendimentos que não conseguem as suas licenças  
1255 entrar com uma carta solicitando a suspensão da análise temporária, a suspensão  
1256 temporária da análise daquele processo para que o processo não seja indeferido. A  
1257 questão ambiental do licenciamento está relevada a nada. O que importa nesse momento  
1258 é uma anuência do organismo chamado COMAR. Repito. Ele tem norma, tem  
1259 procedimento, tem poder até de fechar o empreendimento, mas nós vamos ter que  
1260 suspender uma análise ambiental porque ele não tem o AVCB? Porque ele não tem o  
1261 COMAR? A parte ambiental, senhores, está em segundo plano. Eu repito. A intenção  
1262 não é trazer polêmica, não é ferir. É óbvio que nós percebemos que a intenção de todos  
1263 os senhores quando exigem isso é a melhor possível. A intenção de sempre do melhor,  
1264 mas, às vezes, mesmo pensando no melhor nós acabamos punindo o empreendimento e  
1265 até os seus procedimentos ambientais por terceiros. - Francisco – Representante  
1266 Ministério Público – Na minha última manifestação a respeito do tema que já vem  
1267 sendo debatido aqui. A primeira coisa de que foi utilizada a palavra travamento de  
1268 projetos. Nós solicitamos a presença do Corpo de Bombeiros aqui hoje justamente para  
1269 demonstrar que a exigência do AVCB em nenhum momento trava projeto. 40 dias não  
1270 vai travar projeto nenhum. Na medida em que outras questões também precisam ser  
1271 analisadas e paralelamente a elaboração dos demais estudos ambientais, etc. o  
1272 empreendedor pode com tranquilidade obter o AVCB. Com relação ao fato de que o  
1273 AVCB não vem sendo cobrado no FOB nós também já discutimos isso aqui e se  
1274 houvesse simplesmente a necessidade do empreendedor apresentar o que está no FOB e  
1275 a licença ser concedida, não precisaríamos ter conselho de política ambiental para  
1276 discutir essas questões. Seria uma análise meramente burocrática e cartorária e a licença  
1277 seria expedida sem qualquer discussão. O conselho existe justamente para isso. Para  
1278 trazer contribuições na defesa do Meio Ambiente. Essa questão do travamento não é o  
1279 que acontece em relação ao AVCB. Pode ser o que acontece em relação COMAR em  
1280 que o empreendedor tem inclusive que se valer das vias judiciais para suprir essa  
1281 anuência. No caso do AVCB nós hoje com a apresentação do Corpo de Bombeiros,  
1282 inclusive com o dado importante no sentido de que a demanda no Corpo de Bombeiros  
1283 de Divinópolis perde apenas para a demanda do Corpo de Bombeiros da Capital e ainda  
1284 assim eles dão conta de finalizar os processos dentro de um prazo razoável. Em relação  
1285 ao AVCB não há que se falar em qualquer travamento de projeto. Notadamente nesse



1286 caso em que o AVCB vai ser inserido como condicionante. Se trata de uma licença de  
1287 instalação corretiva. Ninguém vai pedir que agora, como eu vou pedir em outros  
1288 empreendimentos que não houver, a apresentar o AVCB. O AVCB nesse caso aqui vai  
1289 ser exigido como condicionante para a formalização na LO. Esse projeto em nenhum  
1290 momento, longe de ficar travado e ainda que fosse uma licença de operação nós já  
1291 mostramos que isso pode ser resolvido num prazo bem razoável com o Corpo de  
1292 Bombeiros. – Edécio Ferreira – Representante FAEMG – Dr. Francisco, eu escutei  
1293 atentamente a explanação do senhor. Os 40 dias do Corpo de Bombeiros de fato é um  
1294 prazo bastante razoável, mas entre a aprovação e a vistoria há a aquisição dos  
1295 equipamentos, a instalação dos equipamentos e isso demanda de tempo. Muitas vezes  
1296 você não consegue os equipamentos de pronta entrega, demanda de obras civis,  
1297 demanda de outras ingerências e que o prazo não pode ser computado com essa mesma  
1298 velocidade. No caso em tela, que é para uma licença de instalação, eu até concordo com  
1299 o senhor, mas exigir o AVCB de uma empresa que está na revalidação de uma licença  
1300 de operação eu acho que nós vamos pegar pesado e judiar da empresa, porque não  
1301 consegue isso com menos de 6 meses. Entre o prazo de tramitação do Corpo de  
1302 Bombeiros com aprovação de projeto, de instalação dos equipamentos e de aprovação,  
1303 de vistoria para aprovação daquele projeto instalado e a emissão do AVCB. Eu acho que  
1304 nós vamos manter uma empresa suspensa de 180 a 240 dias sem condições de operação.  
1305 – Sargento Nixon – Representante Polícia Militar – Como eu entrei nessa discussão do  
1306 AVCB já em andamento vou deixar claro uma coisa. Ele simplesmente falou que aqui é  
1307 um conselho do Meio Ambiente, mas sempre que fala em social, fala em economia. Vai  
1308 atrapalhar talvez a cidade. Foi até falado no começo. Nós temos que lembrar, agora  
1309 falando enquanto policial militar. Ali tem pessoas. A minha preocupação em si com o  
1310 AVCB realmente é com a vida das pessoas que estão ali naquele local. Eu acho que essa  
1311 discussão é válida sim. Agora enquanto meio ambiente, eu não sei o que tem naquele  
1312 local e que se causasse um incêndio isso influencia o meio ambiente sim. Senão não  
1313 haveria inclusive infrações para queima simplesmente de lixo. Essa discussão tem sim a  
1314 ver com o meio ambiente sim e também com as vidas das pessoas que estão ali. Agora,  
1315 lembrando aqui também, apesar de que o empreendedor tem as suas razões, mas talvez  
1316 eu daria razão para ele se fosse uma licença de operação. Se não me engano são 4 anos  
1317 que essa licença de instalação tem. Ainda que demore 4 meses, 6 meses isso não é  
1318 travamento não, porque nós estamos pedindo aqui para a licença de operação. Não vejo  
1319 o porque dessa discussão. Nós estamos solicitando aqui para quando ela for operar. Ele  
1320 tem tempo suficiente para isso sim. – Francisco – Representante Ministério Público –  
1321 Eu vou mais longe em relação a essa questão do prazo. Independente se é licença de  
1322 instalação ou licença de operação. Em tudo na vida, nos nossos projetos cotidianos da  
1323 nossa vida nós levamos prazos. Quando eu sai da faculdade eu sabia que ia precisar de  
1324 um prazo para estudar para me tornar promotor de justiça. Agora esse prazo eu tenho  
1325 que imputar qualquer outra pessoa? Não. Tenho que imputar um projeto de vida meu.  
1326 Isso faz parte dos riscos de um empreendimento e dos riscos da atividade. Quando eu  
1327 sei que vou instalar um projeto eu sei que vou depender de tempo para instalá-lo. Da  
1328 mesma forma que nos meus projetos da minha vida cotidiana eu preciso de tempo para  
1329 realizar. Se eu pretender ter um filho hoje eu vou demorar pelo menos 9 meses para tê-  
1330 lo. – Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Com relação ao AVCB em  
1331 licença de operação ou revalidação de licença de operação eu acho que é mais do que  
1332 necessário. Se uma empresa funciona e não tem uma possibilidade de controle de  
1333 possível incêndio nós não podemos aceitar isso. Nós estaríamos trabalhando aqui com



1334 uma precaução. Nós vemos tantos incêndios por ai. Muitas das vezes acontece por causa  
1335 disso. Como é que eu posso estar funcionando ou solicitando uma revalidação se eu não  
1336 tenho um projeto de controle de incêndio? Não é possível fazer isso. – Não identificou –  
1337 Pelo amor de Deus. Em momento nenhum eu disse que os empreendimentos não devem  
1338 ter as suas questões de prevenção e combate a incêndio e pânico instituídas.  
1339 Implementadas. Pelo amor de Deus. A única questão que eu levantei é se este é o fórum  
1340 adequado para isso. O policial militar colocou muito bem que isso é necessário, mas ao  
1341 mesmo tempo eu até me preocupo se essas iniciativas se nós não estamos muitas vezes  
1342 até, não sei se o termo seria esse, vou tentar ser menos enfático, mas se nós... não vou  
1343 falar que está desmoralizando, mas seria tirando, digamos, do Corpo de Bombeiros que  
1344 é quem tem essa obrigação de cobrar, de fiscalizar. Parece que nós queremos ser babá  
1345 pelo Corpo de Bombeiros. Será que ele não tem competência e condição para ele fazer  
1346 isso? Eu, Corpo de Bombeiros, eu sou quem libero. Eu tenho que fiscalizar. Eu tenho  
1347 que fechar, punir aquele que não fez. Será que eu preciso que o COPAM assuma essa  
1348 responsabilidade no meu lugar, Corpo de Bombeiros? Eu encerro aqui as minhas  
1349 colocações. – Wellington – Representante SEAPA – Só queria dizer uma coisa aqui  
1350 rapidinho. Eu acho que o dever de preservar a vida é de todos nós. Não só do Corpo de  
1351 Bombeiros. Se você vir uma pessoa precisando de ajuda você tem que ajudar. Dever de  
1352 evitar incêndios se é dessa maneira todo cidadão brasileiro. Esse conselho é feito de  
1353 cidadãos. Então eu acho que o dever de preservar a vida tem que vir em primeiro lugar.  
1354 Essa é a minha opinião. Se for babá o Corpo de Bombeiros, babá de Polícia ou de  
1355 alguma coisa isso vem em segundo plano. – Francisco de Assis Braga – Representante  
1356 ABES – Quando se trata de avaliação de impacto ambiental lato sensu eu tenho que  
1357 considerar também o potencial de impacto da atividade funcionando em um  
1358 determinado local e seu risco de incêndio. Por exemplo, não, isso não é impacto  
1359 ambiental? Se é impacto ambiental nós estamos trabalhando aqui com o meio ambiente.  
1360 Se eu tenho um empreendimento como este aqui e ele se incendiar não vai atingir quem  
1361 está fora ou não vai poder afetar o entorno? Ou mesmo quem está trabalhando nele?  
1362 Então faz parte do meio ambiente sim. Ou não? Tecnicamente falando, eu enquanto  
1363 técnico e professor universitário, considero que dentro da avaliação de impacto  
1364 ambiental o risco ambiental que o empreendimento pode oferecer faz parte dessa  
1365 discussão aqui. – Amilton Ferri Vasconcelos – Presidente Suplente da URC Alto São  
1366 Francisco – Acredito que vários posicionamentos, bastante discussão. Eu só queria  
1367 colocar mais a questão que nós temos que valorizar também é a análise dos estudos, do  
1368 empreendimento em si, porque há aqueles que a equipe da SUPRAM analisa, identifica  
1369 a necessidade de uma solicitação de um AVCB. Ele vai trazer para vocês falando. Esse  
1370 empreendimento precisa ou vai pedir uma informação complementar. A análise eu estou  
1371 notando que o conselho está querendo fazer uma regra que não é regra. A regra que nós  
1372 temos hoje é que para postos de abastecimento, pontos de abastecimento realmente ele  
1373 já está implícito que há a necessidade de um documento que comprove que aquilo ali  
1374 está apto na questão de incêndio. A equipe de análise vai analisar e identificar. Por isso  
1375 que no FOB não se pede o AVCB. Porque se pede a declaração da Prefeitura? Porque  
1376 todos tem que ter. Por que se pede o COMAR apenas para os empreendimentos  
1377 atrativos de aves? Porque todos os empreendimentos atrativos de aves já vão precisar de  
1378 qualquer forma. Por que não pede o AVCB? Porque vai ser determinado na análise. Eu  
1379 estou achando que vocês estão tirando um pouco o valor da equipe técnica na questão  
1380 assim, a equipe vai analisar, se ela identificar que haverá a necessidade ela vai colocar e  
1381 trazer. Nós não podemos emitir, fazer uma regra. Tem empreendimentos aqui que



1382 sinceramente se a equipe técnica identificar, senão daqui a pouco nós vamos começar a  
1383 pedir AVCB para plantio de café ou então para uma outra atividade. Nós não podemos  
1384 generalizar. A equipe técnica vai analisar e vai trazer para vocês se é necessário ou não.  
1385 Aí sim eu acho que seria mais interessante. A discussão seria mais válida. – Sargento  
1386 Nixon – Representante Polícia Militar – Só um minuto. – Não identificou – Só um  
1387 minuto, Amilton. Eu acho que não entendi muito bem a palestra do Corpo de  
1388 Bombeiros, porque ele falou para mim que praticamente todos os processos que vem  
1389 aqui são passíveis de AVCB. Eu não sei se vem projetos aqui de casa que nós moramos.  
1390 Se vem projeto de alguma coisa. Pelo que ele falou, entendeu Amilton? Na verdade eu  
1391 acho que essa análise não é da SUPRAM. A análise que precisa do AVCB é sim do  
1392 Corpo de Bombeiros. Agora, pode ter aquelas que a SUPRAM acha que é maior risco  
1393 ou menor risco. Isso eu concordo. – Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente  
1394 da URC Alto São Francisco – Eu não estou falando que não necessite de AVCB. Todos  
1395 vão necessitar. A questão é que a equipe vai analisar se há um impacto ambiental. Se há  
1396 a necessidade disso para se evitar o impacto ambiental. Isso que a equipe vai analisar.  
1397 Agora não está analisando e em hora nenhuma eu falei que ela vai analisar se há a  
1398 necessidade ou não. Há a necessidade. Pode ser que haja sim. Provavelmente vai haver,  
1399 só que tem uma entidade, um órgão específico para fazer essa averiguação, essa  
1400 autuação se for necessário, essa cobrança. O que nós temos que nos atermos aqui é mais  
1401 na questão ambiental. Se ambientalmente há a necessidade de ter para nós na questão  
1402 ambiental o AVCB. É isso que estou colocando. – Sargento Nixon – Representante  
1403 Polícia Militar - Presidente, eu acho então que eu não entendi algumas colocações aqui  
1404 realmente. Primeiro que foi falado pela SUPRAM anteriormente que isso não seria feito  
1405 por técnico que só colocaria se há ou se não há qualquer projeto do Corpo de  
1406 Bombeiros. Agora se há a necessidade ou não foi falado que o técnico não vai fazer  
1407 isso. Outra coisa. A questão do posto de combustível. Já existe uma DN que fala que há  
1408 a necessidade. Tudo bem. Já foi perguntado isso aqui anteriormente não existe uma DN  
1409 que fala que para fogos de artifícios precisa. Nós vamos entender também que porque a  
1410 DN não especifica isso um local que tem possivelmente maior risco de explosão que  
1411 num posto de combustível não vai ter também? - Amilton Ferri Vasconcelos -  
1412 Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Por favor, conselheiro. Eu não falei  
1413 que a equipe técnica vai analisar se há a necessidade ou não. Isso quem vai fazer é o  
1414 Corpo de Bombeiros. A equipe técnica vai analisar se no processo de licenciamento  
1415 ambiental, exemplo, fogos de artifícios. Com certeza a equipe vai falar que haverá sim a  
1416 necessidade. Você entendeu? Ele vai analisar a atividade, o local, o porte, se  
1417 ambientalmente é necessário que se apresente aqui a questão do AVCB. Não que vai  
1418 analisar se é necessário ou não o AVCB. É óbvio que vai ser necessário, mas quem vai  
1419 fazer isso é um órgão específico. É o órgão do Corpo de Bombeiros. – Paula –  
1420 SUPRAM ASF – Eu gostaria de pedir para que nós encerrarmos essa discussão. Nós  
1421 temos muitos processos para deliberar ainda. A posição institucional da SEMAD é para  
1422 cobrar somente de postos de combustíveis. Essa posição vai continuar sendo seguida  
1423 pela equipe da SUPRAM. A intenção de acatar o pedido do Ministério Público em  
1424 trazer o Corpo de Bombeiros foi realmente para auxiliar o conselho já que esse é um  
1425 pedido dos conselheiros e não da equipe da SUPRAM. Havendo qualquer relação com o  
1426 impacto ambiental em relação a explosão do material, a inflamabilidade isso vai ser  
1427 discutido na avaliação de impactos sem realmente nós adentrarmos no mérito se vai  
1428 pedir ou não vai pedir o AVCB. O que eu chamo a atenção é o seguinte. As empresas  
1429 estão presenciando toda essa discussão no conselho. A SUPRAM não vai cobrar mais.



1430 Já que o conselho tem a posição de cobrar, eu se fosse o empreendedor sinceramente eu  
1431 estarei correndo atrás do meu prejuízo agora. A posição institucional da SUPRAM é  
1432 essa. O conselho tem a liberdade para pedir ou não pedir. Nós não vamos fazer a  
1433 avaliação de quem precisa e de quem não precisa. O que nós vamos fazer é o seguinte:  
1434 Informar no processo se tem ou se não tem e o conselho resolve. - Amilton Ferri  
1435 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco - Senhores  
1436 conselheiros, o posicionamento está feito. Eu vou colocar em votação o processo e  
1437 depois eu coloco em votação a inclusão da condicionante referente ao AVCB. Os  
1438 conselheiros que estiverem de acordo com o parecer da SUPRAM permaneçam como  
1439 estão. - Não identificou - Abstenção do Ministério Público no mérito. - Lessandro  
1440 Gabriel - Representante AAASF - Abstenção também da Associação Ambientalista. -  
1441 Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco -  
1442 Registradas as duas abstenções. **PROCESSO APROVADO.** Coloco em votação agora  
1443 a inclusão da condicionante referente a apresentação do AVCB. Prazo na formalização  
1444 da LO. Os conselheiros que estiverem de acordo com a inclusão da condicionante  
1445 permaneçam como estão. **APROVADO.** Vamos para o item 7. **7. Processos**  
1446 **Administrativos para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de**  
1447 **Instalação: 7.1 Paulo Roberto Pedrosa/Granja Pedrosa II. - Suinocultura**  
1448 **(ciclo completo) e formulação de razões balanceadas e de alimentos**  
1449 **preparados para animais - Itaúna/MG - PA/Nº 23113/2012/001/2013 - Classe 3.**  
1450 **Apresentação: Supram ASF. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da**  
1451 **URC Alto São Francisco** - Destaque representante do Ministério Público e Polícia  
1452 Militar. - Francisco - Representante Ministério Público - É a mesma questão senhor  
1453 presidente. Existe um procedimento instaurado na Promotoria de Itaúna. Eu vou me  
1454 abster no mérito, mas vou pedir para inserir a condicionante já que se trata de uma  
1455 licença prévia concomitante com licença de instalação. O AVCB no meu ponto de vista  
1456 pode vir como condicionante. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da  
1457 URC Alto São Francisco - Só lembrando a vocês que ele não tem... uma questão de  
1458 votação de vocês. Eu vou colocar em votação o processo depois eu coloco em votação a  
1459 inclusão da condicionante. Os conselheiros que estiverem de acordo com o parecer da  
1460 SUPRAM permaneçam como estão. **APROVADO.** Coloco agora em votação a  
1461 inclusão da condicionante. - Não identificou - Abstenção do Ministério Público. Eu já  
1462 tinha falado só reforçar. Já tinha falado da minha abstenção só para reforçar. - Amilton  
1463 Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco - Abstenção  
1464 registrada do representante do Ministério Público no item 7.1. Coloco em votação  
1465 inclusão da condicionante de apresentação do AVCB. Prazo na formalização da LO. Os  
1466 conselheiros que estiverem de acordo com a inclusão dessa condicionante, permaneçam  
1467 como estão. **CONDICIONANTE INCLUÍDA.** Vamos para o item 8.1. **8. Processos**  
1468 **Administrativos para exame da Licença de Operação Corretiva: 8.1 Maria Célia**  
1469 **de Faria/Fazenda Moinho. - Extração de areia e cascalho para utilização imediata**  
1470 **na construção civil e extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha**  
1471 **- São Gonçalo do Pará/MG - PA/Nº 01648/2006/004/2013 DNPM: 833.137/2011,**  
1472 **833.525/2011 e 833.526/2011 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF. - Amilton**  
1473 **Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco** - Destaque  
1474 representante do DNPM. - Carla - Representante DNPM - Eu queria primeiro entender  
1475 o histórico desses processos. O 833.137/2011 e o 833.526/2011. Eles têm, inclusive eu  
1476 fiz uma fiscalização na terça-feira nessas áreas e perante o DNPM eles estão  
1477 regularizados. Eles possuem registro de licença. As licenças foram emitidas por conta



1478 das AAF's que eles possuem só que nessa folha 3, na tabela, consta que as AAF's foram  
1479 canceladas dos dois. Essa informação nós não tínhamos, inclusive se isso é confirmado  
1480 aqui, porque pelo que eu entendi, vocês emitiram as AAF's separadas e depois quando  
1481 ele pediu uma terceira AAF vocês resolveram mudar para uma licença de operação  
1482 corretiva. Cancelaram as AAF's? Quem pode explicar? – Sônia Godinho – SUPRAM  
1483 ASF – O empreendimento possui dois DNPM's com AAF's concedidas e quando foi  
1484 buscar a terceira nós vimos que o impacto que ele estava causando era grande e chamou  
1485 esse empreendimento ao licenciamento. Foi aquela consulta que eu fiz ao DNPM se nós  
1486 poderíamos tratar os três por estar dois em uma fase só e um em uma fase diferente dos  
1487 demais num único processo. Nós tivemos a informação de que sim. No entanto, apesar  
1488 do empreendimento estar operando com o TAC, porque as AAF's foram canceladas, a  
1489 nossa sugestão é de indeferimento do processo porque os estudos ambientais  
1490 apresentados foram insuficientes. – Alexandre – Representante FIEMG – Os três  
1491 DNPM's estão sendo tratados numa licença só sem ter o grupamento mineiro? Isso é  
1492 possível? – Não identificou – Sim, é possível. – Não identificou – Obrigado. – Carla –  
1493 Representante DNPM – Alexandre, no caso que você está falando do grupamento  
1494 mineiro, ele só é feito após existir os títulos. Teriam que existir os títulos das três áreas.  
1495 Após ter, inclusive, nesses casos aqui são 3 licenciamentos. Eu não conheço caso de  
1496 grupamento mineiro para licenciamento. Geralmente quando é portaria de lavra. Pode  
1497 ser que tenha e eu não conheça nenhum caso, mas só é possível fazer o grupamento  
1498 depois que esses processos tiverem títulos. Esses títulos, cada título tem que ter uma  
1499 licença ambiental específica, ou seja, não teria como fazer o grupamento sem ter os  
1500 títulos e eles só vão ter esses títulos se tiverem a licença. Não teria como. – Alexandre –  
1501 Representante FIEMG – Exatamente essa que é a minha dúvida. Eu sempre tinha esse  
1502 conceito. Para cada DNPM você tem que ter uma licença. Nesse caso nós estamos com  
1503 3 DNPM numa única licença e não existe o grupamento mineiro. Isso é legal? – Carla –  
1504 Representante DNPM – Sim, é possível. Quando for emitida essa licença ele vai  
1505 informar a área total e os DNPM's referentes. Tem que estar no corpo da licença o  
1506 número dos três processos do DNPM. – Sônia Godinho – SUPRAM ASF – A  
1507 convocação ao licenciamento se deu porque são 3 DNPM's contíguos de um mesmo  
1508 empreendedor dentro de uma mesma propriedade. Visualizando o impacto significativo  
1509 é que foi chamado ao licenciamento. – Carla – Representante DNPM – Inclusive eu  
1510 acho essa ideia muito boa, porque o que acontece muito é de áreas contíguas e o  
1511 empreendimento ao invés de fazer um licenciamento ele pede várias AAF's quando na  
1512 verdade o conjunto de impacto é significativo. É muito interessante que a SUPRAM  
1513 faça, avalie quando for o caso de mesmo empreendimento de áreas contíguas e trazer  
1514 para o licenciamento todos os processos e na licença de operação vai ser descrito todos  
1515 os processos do DNPM que aquela licença vai estar englobando. – Alexandre –  
1516 Representante FIEMG – Eu volto a insistir com o pessoal da FEAM principalmente o  
1517 jurídico. Isso é possível para qualquer empreendimento? Nós podemos colocar todos os  
1518 DNPM's em uma única licença? Mesmo sem o grupamento mineiro? Existe  
1519 fundamento legal para isso? – Sônia Godinho – SUPRAM ASF – Alexandre, essa  
1520 questão eu acho que quem tem que responder para você é o DNPM. Nós fizemos a  
1521 consulta e foi falado, foi respondido pelo DNPM que poderíamos tratar tudo dentro de  
1522 uma mesma licença e o que a Carla acabou de explicar é que depois que obtiver a  
1523 licença ambiental é que vai ser feito o grupamento. – Carla – Representante DNPM – Se  
1524 ele quiser. Ele pode optar se ele quer ou não fazer o grupamento mineiro. Ele pode  
1525 trabalhar com aquelas três áreas com uma única licença. No caso, como as licenças



1526 então foram canceladas, então, o empreendimento não tem licença ambiental. Ele vai ter  
1527 que ser paralisado pelo DNPM. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da  
1528 URC Alto São Francisco – Conselheiros, vou colocar em votação o processo. Os  
1529 conselheiros que estiverem de acordo com o parecer da SUPRAM permaneçam como  
1530 estão. **APROVADO E INDEFERIDO.** – Francisco – Representante Ministério Público  
1531 – Só em razão do indeferimento se as atividades, portanto, tem que estar paralisadas eu  
1532 vou solicitar também que seja remetida uma cópia da decisão e do PU... Promotoria de  
1533 de Pará de Minas para acompanhamento, por favor. - Amilton Ferri Vasconcelos -  
1534 Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Sigamos então para o item 8.2. **8.2**  
1535 **José Maria de Almeida Assunção/Estância Santa Terezinha. - Formulação de**  
1536 **rações balanceadas e de alimentos preparados para animais, suinocultura (ciclo**  
1537 **completo) e criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte**  
1538 **(extensivo) - Onça de Pitangui/MG - PA/Nº 08752/2004/002/2012 - Classe 3.**  
1539 **Apresentação: Supram ASF.** - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da  
1540 URC Alto São Francisco – Destaque SUPRAM, IBAMA, representante Comitê de  
1541 Bacia, Polícia Militar e representante do Ministério Público. – Marcelo Guimarães –  
1542 Representante IBAMA – Destaque do IBAMA é em função da correção da redação da  
1543 condicionante 10, inclusive para melhorar o sentido para ficar como as outras estão no  
1544 padrão que seria: Apresentar comprovante de registro no Cadastro Técnico Federal CTF  
1545 do IBAMA. A condicionante está: Apresentar o Certificado do Cadastro Técnico  
1546 Federal do IBAMA. É o comprovante de registro no Cadastro Técnico Federal. É só  
1547 repetir as outras que vem sendo colocadas. – Roberto Soares Nogueira – Representante  
1548 Comitê de Bacia – A condicionante 8 e 9 me parece serem a mesma coisa. Posso até  
1549 estar equivocado, mas acho que elas duas são iguais. Quer dizer, a redação está um  
1550 pouquinho diferente, mas elas falam a mesma coisa. Tem uma sobrando. Também não  
1551 foi condicionado o isolamento do tanque de óleo diesel. Só afirma que o empreendedor  
1552 assinou um documento dizendo que vai fazer. Eu acho que caberia aqui uma  
1553 condicionante exigindo o isolamento do tanque de óleo diesel. – José Antônio –  
1554 SUPRAM ASF – Esse empreendimento possui tanque de 7 mil e 500 litros. Fora da  
1555 área de risco. De acordo com o empreendedor foi solicitada até uma vistoria do Corpo  
1556 de Bombeiros na área. Solicitou, exigiu bastante coisa para se adequar esse tanque.  
1557 Através disso o empreendedor já assinou a declaração que vai desativar o tanque. Vai  
1558 desativar e tirar o tanque de lá. Pediu um prazo de 25 a 30 dias para acabar com o óleo  
1559 que está lá dentro. Vai ser retirado. No momento já está cercado. Todo cercado, isolado  
1560 e vai ser retirado. – Francisco – Representante Ministério Público – Em relação ao posto  
1561 de combustível eu entendi. Foi isolado e vai ter um tempo. Agora em relação ao restante  
1562 do empreendimento. Na formulação de rações balanceadas, etc. existe o AVCB? – Não  
1563 identificou – Isso não é passível de AVCB. Não. – Não identificou – Como? – Não  
1564 identificou – Não é passível. Nós achamos, entendemos que não há a necessidade. Já  
1565 está isolado... – Não identificou – Entendi. – Não identificou – Nenhum projeto dentro  
1566 dessa área. – Francisco – Representante Ministério Público – Mas parece que quem tem  
1567 que afirmar a necessidade ou não do AVCB é o Corpo de Bombeiros. Daquela forma  
1568 que nós ouvimos aqui hoje. Se houver o AVCB ótimo. Se não houver o AVCB é  
1569 preciso que haja um daqueles outros dois documentos. Uma declaração de não passível  
1570 ou um comprovante, certidão de funcionamento. Eu acho. Mencionou. Então, senhor  
1571 presidente, diante de tudo que foi discutido aqui das posições já manifestadas o  
1572 encaminhamento é para a baixa em diligência para que o empreendedor acoste aos autos  
1573 o AVCB. Baixa em diligência. Não estou me manifestando por enquanto pelo



1574 indeferimento. Acho que o processo pode ser baixado em diligência para que essa  
1575 questão seja equacionada evitando-se inclusive o indeferimento. – Jorge – SUPRAM  
1576 ASF – Diante da constatação da repetição das duas condicionantes vou sugerir a retirada  
1577 da condicionante 9 e substituir a condicionante 12 por apresentar o cronograma de  
1578 desativação do tanque conforme a DN 108. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente  
1579 Suplente da URC Alto São Francisco – Senhores conselheiros, nós temos aqui a  
1580 questão da retirada da condicionante 9, da alteração da condicionante 12 e a correção da  
1581 condicionante 10. Eu vou, como a SEMAD já tem o posicionamento, eu vou colocar em  
1582 votação o processo já com a alteração da condicionante 10 porque refere só a questão de  
1583 padronização com as demais e já com a alteração da condicionante 12 já proposta pela  
1584 equipe técnica e a retirada da condicionante 9. Vou colocar em votação o processo já  
1585 com essas adequações. Os conselheiros que estiverem de acordo com o parecer da  
1586 SUPRAM permaneçam como estão e os que forem contrários, por favor, se manifestem.  
1587 – Francisco – Representante Ministério Público – Se trata de uma licença de revalidação  
1588 de licença de operação. Ou melhor. É licença de operação corretiva, portanto, o  
1589 empreendimento está operando sem AVCB, por isso a manifestação pelo indeferimento.  
1590 – Sargento Nixon – Representante Polícia Militar – Manifestação pelo indeferimento  
1591 devido à falta do AVCB. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC  
1592 Alto São Francisco – **PROCESSO APROVADO**. Registrados dois votos contrários.  
1593 Vamos então para o item 8.4. **8.4 Cerâmica Igaratinga Ltda. - Fabricação de**  
1594 **telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido, exclusive de cerâmica e outras**  
1595 **formas de tratamento ou de disposição de resíduos não listadas ou não**  
1596 **classificadas - Igaratinga/MG - PA/Nº 24459/2010/001/2012 - Classe 3.**  
1597 **Apresentação: Supram ASF.** - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da  
1598 URC Alto São Francisco – Destaque representante do Comitê de Bacia, Polícia Militar  
1599 e representante do Ministério Público. - Roberto Soares Nogueira – Representante  
1600 Comitê de Bacia – Completar a condicionante 9 aqui que pede aspersão de água na  
1601 propriedade. Eu gostaria de completar com o seguinte texto: E comprovar a  
1602 regularidade da água utilizada para essa finalidade. – Sargento Nixon – Representante  
1603 Polícia Militar – Seguindo o mesmo padrão aqui queria saber se ela comprovou que tem  
1604 a vistoria do Corpo de Bombeiros. – Jorge – SUPRAM ASF – Não comprovou. –  
1605 Wellington – Representante SEAPA – Gostaria de entrar num entendimento aqui. Já foi  
1606 discutido aqui sobre o AVCB, prazo. Eu colocaria uma proposta de apresentar o AVCB  
1607 no prazo de quatro meses, alguma coisa porque ficar indeferindo ou deferindo nós  
1608 vamos ficar aprovando aqui e eles não vão fazer o AVCB. O prazo eu não gostaria de  
1609 discutir. Eu só gostaria de mesmo que concorde de um certo ponto tem que haver o  
1610 AVCB, eu acho que é uma, não um paliativo, mas pelo menos uma saída, eu proporia  
1611 uma condicionante para apresentar o AVCB num prazo. Não sei se isso é possível  
1612 também. Num prazo de 180 dias. No caso do Dr. Roberto. Gostaria de escutar a Paula  
1613 também se essa condicionante pode ser? – Paula – SUPRAM ASF – Eu queria só  
1614 colocar, Wellington, que eu acho bastante razoável porque o capitão veio aqui fazer esse  
1615 esclarecimento hoje. Essas empresas que estão na pauta, apesar de que isso já vem  
1616 sendo discutido no conselho há muito tempo, realmente não havia essa informação de  
1617 forma incisiva por parte do Corpo de Bombeiros sobre o tempo. Já coloquei a minha  
1618 manifestação que é um pedido do conselho. A SUPRAM respeita as colocações, mas  
1619 realmente acho que é uma posição bastante ponderada, bastante razoável para essa  
1620 reunião. – Francisco – Representante Ministério Público – Entendo as ponderações do  
1621 Wellington e da Paula. Embora eu discorde quando dito que o Corpo de Bombeiros veio



1622 aqui esclarecer, mas eu já tinha apresentado um documento para os senhores assinado  
1623 pelo Corpo de Bombeiros há bastante tempo atrás dizendo exatamente o que ele veio  
1624 falar aqui hoje. Se os empreendedores já tivessem se mobilizando para conseguir esse  
1625 documento hoje nós não teríamos mais esse problema. Eu não vou colocar o nome da  
1626 minha instituição numa licença com um prazo condicionado, porque não sei se nesse  
1627 prazo pode acontecer algum acidente. Se acontecer algum acidente seja esse prazo de 15  
1628 dias, 30 dias ou de 45 dias. Eu não quero que a minha instituição seja responsabilizada  
1629 por isso. Portanto, considerando que eu já venho manifestando esse posicionamento há  
1630 muito tempo, considerando que eu comprovei que o Corpo de Bombeiros já havia  
1631 falado e documentado tudo o que ele falou aqui hoje e considerando que para a  
1632 ocorrência de acidentes não existe prazo definido, eu mais uma vez me manifesto pelo  
1633 indeferimento caso o processo não seja baixado em diligência. – Edécio Ferreira –  
1634 Representante FAEMG – A proposta do Wellington é extremamente razoável, porque  
1635 primeiro: o Jorge afirmou aqui que não há comprovação dos autos deste processo do  
1636 AVCB, mas não quer dizer que não exista o AVCB, porque a SUPRAM não exige o  
1637 AVCB na formulação do processo. De repente pode até ser que o AVCB já está e ser a  
1638 detentora dele. Eu acho que é muito razoável 180 dias, porque se ela já tiver apresenta  
1639 de imediato. Caso não exista dá tempo dela fazer o projeto e implementá-lo. Não  
1640 adianta nós ficarmos aqui indeferindo licença e depois gerar multa para o Estado. -  
1641 Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco –  
1642 Representante da Polícia Militar. Você quer fazer algum destaque? – Sargento Nixon –  
1643 Representante Polícia Militar – Só a questão do AVCB mesmo. – Marcelo Guimarães –  
1644 Representante IBAMA – Eu também sugiro que seja baixado em diligência para a  
1645 verificação se tem o AVCB ou não, inclusive para não prejudicar a empresa. Se for  
1646 indeferida vai gerar outro processo. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente  
1647 da URC Alto São Francisco – Senhores conselheiros, a SEMAD já tem o  
1648 posicionamento. Eu vou colocar em votação o processo e depois coloco em votação a  
1649 sugestão de inclusão da condicionante. A condicionante que foi sugerida pelo  
1650 representante da SEAPA, Wellington, seria a apresentação do AVCB. Prazo? 180 dias.  
1651 Vou colocar em votação o processo. Os conselheiros que estiverem de acordo com o  
1652 parecer da SUPRAM permaneçam como estão. – Não identificou – Indeferimento do  
1653 Ministério Público pela ausência do AVCB. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente  
1654 Suplente da URC Alto São Francisco – Registrado. – Não identificou – Indeferimento  
1655 da Polícia Militar pela falta do AVCB. – Não identificou – Indeferimento IBAMA pela  
1656 falta do AVCB. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São  
1657 Francisco – Registrados 3 votos contrários. **PROCESSO APROVADO**. Coloco em  
1658 votação a inclusão da condicionante sugerida pelo representante da SEAPA. A  
1659 apresentação do AVCB. Prazo de 180 dias. Os conselheiros que estiverem de acordo  
1660 com a inclusão dessa condicionante permaneçam como estão – Não identificou –  
1661 Abstenção do Ministério Público por coerência ao indeferimento. – Não identificou –  
1662 Abstenção da Polícia Militar por votar indeferido. – Não identificou – Idem a abstenção  
1663 do IBAMA. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São  
1664 Francisco – **CONDICIONANTE INCLUÍDA** e registradas as 3 abstenções. Passamos  
1665 para o item 8.5. Ah desculpe. A questão da condicionante 9. Condicionante 9. Fazer  
1666 aspersão das vias duas vezes ao dia e quando for necessário. Houve então a sugestão de  
1667 alteração da condicionante 9 incluindo comprovação. – Não identificou – E comprovar  
1668 a regularidade da água utilizada para tal finalidade. - Amilton Ferri Vasconcelos -  
1669 Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Sugestão feita pelo representante



1670 do Comitê de Bacia. Os conselheiros que estiverem de acordo com alteração da  
1671 condicionante 9, permaneçam como estão. – Não identificou – Abstenção do Ministério  
1672 Público. – Não identificou – Abstenção da Polícia Militar. - Amilton Ferri  
1673 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Registradas as 2  
1674 abstenções. **CONDICIONANTE 9 ALTERADA.** Passamos para o item 8.5. **8.5**  
1675 **Sibele Alimentos Ltda. - Preparação do leite e fabricação de produtos de**  
1676 **laticínios - Pará de Minas/MG - PA/Nº 00966/2003/005/2013 - Classe 3.**  
1677 **Apresentação: Supram ASF.** - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da  
1678 URC Alto São Francisco – Destaque representante do Ministério Público. – Francisco –  
1679 Representante Ministério Público – A primeira se existe o AVCB. Não tem informação  
1680 nenhuma no PU. – José Antônio – SUPRAM ASF – O projeto foi aprovado pelo Corpo  
1681 de Bombeiros e está aguardando a vistoria e durante esse período não vai funcionar o  
1682 abastecimento no tanque da empresa. – Não identificou – A outra pergunta. Foi  
1683 mencionada parece uma intervenção em APP de baixo impacto. Se houve a  
1684 compensação ou se haverá a compensação da Resolução 369 do CONAMA. – José  
1685 Antônio – SUPRAM ASF – Estou tentando lembrar aqui do empreendimento. –  
1686 Francisco – Representante Ministério Público – Eu não vi nenhuma informação. Está na  
1687 folha 7 do parecer único. – José Antônio – SUPRAM ASF – Essa empresa, que eu me  
1688 recordo, não há lançamentos de efluentes pós tratamentos em curso d’água (Inaudível)  
1689 só o soro que é reaproveitado. Vai direto na tubulação da COPASA. Ele não vai direto  
1690 ao corpo d’água não. É uma canalização da COPASA que passa abaixo dele. – Não  
1691 identificou – Vou dar uma olhada aqui na folha 7 que eu esclareço. – Sônia Godinho –  
1692 SUPRAM ASF – No controle processual consta que seria apresentar a compensação  
1693 ambiental pela intervenção em área de preservação permanente. – Não identificou –  
1694 Tem condicionante nesse sentido? – Não identificou – Você colocou Zé? A  
1695 condicionante? Então vamos incluir a condicionante. – José Antônio – SUPRAM ASF –  
1696 Incluindo a condicionante. As condicionantes dessa compensação. – Francisco –  
1697 Representante Ministério Público – O meu encaminhamento, mantendo o  
1698 posicionamento pela baixa em diligência para juntada do AVCB na medida que se trata  
1699 de uma LOC. Inexistindo a baixa em diligência eu vou me abster em razão de um  
1700 procedimento existente em Pará de Minas. Repito. Manifestaria pelo indeferimento em  
1701 razão da inexistência de AVCB, mas eu vou ter que me abster em razão de existência de  
1702 um procedimento na Comarca de Pará de Minas. - Amilton Ferri Vasconcelos -  
1703 Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Você vai abster ou vai votar  
1704 contrário? Você vai ter que escolher um dos dois. – Não identificou – Não, não. Eu vou  
1705 me abster, mas eu votaria contrário pelo indeferimento se não existisse o procedimento  
1706 na Comarca de Pará de Minas, mas a minha manifestação é pela abstenção. Votaria  
1707 contrário pela inexistência de AVCB. – Roberto Soares Nogueira – Representante  
1708 Comitê de Bacia – Referente a esse empreendimento a condicionante padrão de recursos  
1709 hídricos, o prazo eu gostaria que fosse na vigência da operação. Eu acho que ele está...  
1710 A anotação aqui ficou muito confusa, mas eu acho que existe uma condicionante de  
1711 recursos hídricos padrão. Alguém pode conferir isso para mim? Então estou propondo a  
1712 condicionante padrão de recursos hídricos e com a implantação de imediato na vigência  
1713 da, como nós usamos aqui na vigência da licença. - Amilton Ferri Vasconcelos -  
1714 Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Esse empreendimento já tem  
1715 instalado horímetro e hidrômetro ou não? No poço. – Roberto Soares Nogueira –  
1716 Representante Comitê de Bacia - Eu tenho quase certeza que sim, porque eu coloquei  
1717 que é prazo imediato. Se não tivesse... – Jorge – SUPRAM ASF – Está instalado sim. -



1718 Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco –  
1719 Algun conselheiro quer propor a apresentação do AVCB como condicionante? Não? –  
1720 Não identificou – Amilton, eu gostaria só de um esclarecimento da SUPRAM. Ele falou  
1721 que acha que tem o projeto, alguma coisa. – José Antônio – SUPRAM ASF – Ele está  
1722 com o projeto aprovado no Corpo de Bombeiros, aguardando só a vistoria do Corpo de  
1723 Bombeiros. – Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São  
1724 Francisco – Senhores conselheiros, vou colocar em votação o processo depois coloco  
1725 em votação a inclusão da condicionante referente à compensação ambiental pela  
1726 intervenção em área de preservação permanente e depois a inclusão da condicionante  
1727 padrão de recursos hídricos. Os conselheiros que estiverem de acordo com o parecer da  
1728 SUPRAM permaneçam como estão. – Não identificou – Indeferimento do Ministério  
1729 Público pela inexistência do AVCB. – Não identificou – Idem. – Não identificou –  
1730 Desculpa, senhor presidente, é abstenção. Reafirmo a minha fala anterior. Perdão. –  
1731 Sargento Nixon – Representante Polícia Militar – Indeferimento pela falta do AVCB. –  
1732 Marcelo Guimarães – Representante IBAMA – Mesmo motivo. – Amilton Ferri  
1733 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Mesmo do  
1734 representante da Polícia ou do Ministério Público? – Não identificou – Da Polícia. –  
1735 Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco –  
1736 Então, registrados dois votos contrários e um voto de abstenção do representante do  
1737 Ministério Público. – Não identificou – Pela existência de procedimento em Pará de  
1738 Minas. – Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São  
1739 Francisco – Registrado. **PROCESSO APROVADO.** Agora coloco em votação a  
1740 inclusão da condicionante da compensação ambiental referente à Resolução CONAMA  
1741 369. Prazo. Prazo para apresentação da condicionante da intervenção. 30 dias? Os  
1742 conselheiros que estiverem de acordo com a inclusão dessa condicionante, permaneçam  
1743 como estão. – Não identificou – Abstenção por causa do indeferimento. – Amilton Ferri  
1744 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Abstenção do  
1745 representante da Polícia. – Não identificou – E do Ministério Público. – Não identificou  
1746 – Do IBAMA. – Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São  
1747 Francisco – Registradas as 3 abstenções. Coloco, então, em votação a inclusão da  
1748 condicionante padrão que é de recursos hídricos, redigida pelo representante do Comitê  
1749 de Bacia. Prazo durante a validade da licença. Os conselheiros que estiverem de acordo  
1750 com a inclusão da condicionante permaneçam como estão. – Não identificou –  
1751 Abstenção da Polícia Militar. – Não identificou – Abstenção do Ministério Público. –  
1752 Não identificou – Abstenção IBAMA. – Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente  
1753 Suplente da URC Alto São Francisco – **CONDICIONANTE INCLUÍDA.**  
1754 Registradas as 3 abstenções. Passamos então para o item 8.6. **8.6 Adilson Gonçalves**  
1755 **dos Santos - ME. (Ex: Lisboa Comercio de Resíduos para Fundação Ltda) -**  
1756 **Reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 1 (perigosos) não**  
1757 **especificados - Carmo da Mata/MG - PA/Nº 11202/2006/003/2011 - Classe 3.**  
1758 **Apresentação: Supram ASF.** – Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da  
1759 URC Alto São Francisco – Destaque representante do Ministério Público. – Francisco –  
1760 Representante Ministério Público – Mesma questão. É uma indústria de reciclagem ou  
1761 regeneração de outros resíduos. Licença de operação corretiva e eu quero saber se tem o  
1762 AVCB. – Elisângela – SUPRAM ASF – Ele não possui AVCB. – Francisco –  
1763 Representante Ministério Público – Licença de operação corretiva. Licença de operação  
1764 corretiva, reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 1 perigosos não  
1765 especificados. Vou pedir para baixar em diligência para que seja anexado o AVCB aos



1766 autos. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São  
1767 Francisco – Só para poder enriquecer um pouco aqui. Esse resíduo classe 1 não quer  
1768 dizer que ele é resíduo inflamável. Ele é um resíduo de um processamento de alumínio e  
1769 ele contém um alto teor tanto de alumínio quanto de outros minerais. Oi? Eletrodos? –  
1770 Jorge – SUPRAM ASF – Só para complementar. São blocos de carbono. São aqueles  
1771 eletrodos utilizados em fornos elétricos. Quero esclarecer que esse tipo de material tem  
1772 alto ponto de fusão. Não tem risco de combustão assim. - Amilton Ferri Vasconcelos -  
1773 Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Esclarecido, vou colocar em  
1774 votação o processo. Os conselheiros que estiverem de acordo. – Não identificou –  
1775 Amilton, só um minuto. Eu gostaria de propor a mesma condicionante do outro  
1776 processo. É antes da votação que tem que propor? - Amilton Ferri Vasconcelos -  
1777 Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Há a proposta de inclusão de  
1778 condicionante feita pelo representante da SEAPA que é a condicionante da apresentação  
1779 do AVCB. Prazo 180 dias. Vou colocar em votação o processo, depois coloco em  
1780 votação a inclusão da condicionante. Os conselheiros que estiverem de acordo com o  
1781 parecer da SUPRAM permaneçam como estão. – Não identificou – Pelo indeferimento  
1782 pela falta do AVCB. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto  
1783 São Francisco – Por favor, identifique-se. – Sargento Nixon – Representante Polícia  
1784 Militar – Sargento Nixon da Polícia Militar. – Francisco – Representante Ministério  
1785 Público – Indeferimento pela falta do AVCB. – Marcelo Guimarães – Representante  
1786 IBAMA – Indeferimento pela falta do AVCB. - Amilton Ferri Vasconcelos -  
1787 Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Registrados 3 votos contrários.  
1788 **PROCESSO APROVADO.** Coloco agora em votação a inclusão da condicionante  
1789 proposta pelo representante da SEAPA que é a apresentação do AVCB num prazo de  
1790 180 dias. Os conselheiros que estiverem de acordo com a inclusão da condicionante  
1791 permaneçam como estão. – Não identificou – Abstenção da Polícia Militar. – Não  
1792 identificou – Abstenção do Ministério Público. – Não identificou – Abstenção IBAMA.  
1793 - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco –  
1794 **CONDICIONANTE INCLUIDA.** Registradas as 3 abstenções. Passamos para o item  
1795 9.1. – Não identificou – Senhor presidente, posso fazer uso da palavra um instante? -  
1796 Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Se  
1797 for para voltar o processo. – Não identificou – É só por uma questão de razoabilidade e  
1798 até de posicionamento até da própria SUPRAM. Se nós vamos começar a cobrar, eu  
1799 acho que o pessoal da SUPRAM precisa saber. Por isso que eu não estou votando nem a  
1800 favor e nem contra, porque na verdade o que nós tínhamos combinado, vamos dizer  
1801 assim, entre aspas, é que ia aparecer lá se existe ou não o documento. Agora, a partir do  
1802 momento se nós aqui formos cobrar eu acho que eles vão ter que rever todos os  
1803 processos que estão em andamento, em análise, porque se não vai haver essa  
1804 incongruência nesse momento. Eu acho que nós precisamos nos posicionar aqui. O  
1805 conselho vai cobrar o AVCB? Vai ser incluído em função da palestra que foi dada? É  
1806 coerente, mas nós precisamos tomar uma decisão. Até para. Ou não Paula? Porque se  
1807 não eu não sei como a SUPRAM vai trabalhar, porque vai chegar aqui, vai ficar essa  
1808 polêmica e pedindo 180 dias. 180 dias pode não ser suficiente para entrar com um  
1809 processo se ele não existir, aprovação, aquisição de equipamentos, implantação,  
1810 adequação da construção civil. Isso não é tão simples assim. É uma questão que não é  
1811 tão fácil. Eu acho que nós precisamos repensar isso aqui para não criarmos uma situação  
1812 aqui insolúvel. – Paula – SUPRAM ASF – Eu entendi que o conselho vai cobrar. A  
1813 exceção que vocês estão abrindo nessa reunião é justamente porque o Corpo de



1814 Bombeiros esteve aqui, o representante do Corpo de Bombeiros esteve aqui, fez a  
1815 palestra e essas empresas já estavam pautadas, apesar das explicações do Dr. Francisco.  
1816 Enfim, nós vamos reavaliar novamente e explicar que apesar de não ser um  
1817 posicionamento institucional o conselho vai exigir esse tipo de documento que a  
1818 empresa deve providenciar para trazer para o julgamento. Sinceramente, nós também  
1819 trazermos sem ter o documento sabendo que a licença corre o risco de ser indeferida ou  
1820 de ter o processo baixado em diligência, eu acho que é um risco desnecessário tanto  
1821 para a empresa quanto para a própria SUPRAM. Processo baixado em diligência não é  
1822 bom nem para nós, nem para a empresa. Pelo que eu entendi, pelo teor das discussões,  
1823 entendo que o conselho vai cobrar e nós já podemos trazer essa informação para os  
1824 conselheiros nas próximas reuniões. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente  
1825 Suplente da URC Alto São Francisco – Só para nível de contribuição. Talvez, até uma  
1826 outra saída, seria a apresentação, a SUPRAM já cobrar antes do processo vir para cá  
1827 seja ele qual for, o protocolo de entrada do documento, porque pelo que eu pude  
1828 perceber a partir do momento que ele protocolou o Corpo de Bombeiros já criou esse  
1829 vínculo de exigência porque eles cobram prazos do empreendedor para poder apresentar  
1830 o projeto. Depois eles cobram novamente e se for necessário eles vão ao local e autuam.  
1831 Quer dizer, a partir do momento que ele apresentou o projeto no Corpo de Bombeiros a  
1832 nível de licenciamento ambiental, eu veria já como um documento satisfatório que já  
1833 passou para o órgão, o outro órgão que é específico para isso e ele vai continuar o  
1834 acompanhamento disso. Pelo que foi falado aqui eles cobram sim do empreendedor. A  
1835 partir do momento que o empreendedor entrou com o processo eles vão cobrar. Eles têm  
1836 até tempo para isso. Seria, de repente, uma saída justa. – Marcos Veloso –  
1837 Representante CREA – Com respeito a essa questão do AVCB e principalmente dessa  
1838 condicionante a minha preocupação é com o problema do prazo. Porque o prazo que o  
1839 Corpo de Bombeiros tem para dar soluções é insignificante em comparação com outros  
1840 problemas que podem surgir futuramente que é a aquisição de equipamentos e  
1841 implantação. Muitas vezes essa implantação é difícilíssima. Requer uma série de outros  
1842 fatores. Não é que seja contra o AVCB. A minha preocupação são os prazos de  
1843 implantação. O AVCB só é dado depois que tudo está pronto e funcionando. Com  
1844 respeito a prevenção de incêndio e pânico. E as dificuldades para fazer isso? A questão  
1845 é o prazo. Vê se há a possibilidade, por exemplo, no caso se a SUPRAM acha que pode  
1846 haver a possibilidade, por exemplo, de prorrogação de prazo e tudo mais, porque na  
1847 imensa maioria dos casos, esse prazo de 180 dias eu acredito que não seja o suficiente  
1848 não. Fora os custos. – Wellington – Representante SEAPA – Eu dei um prazo para que  
1849 já tinha que ter. O prazo. Na verdade já tinha que ter o AVCB. Eu não estou dando  
1850 prazo para fazer um projeto. O cara quando começa um projeto ele já teria que ter isso.  
1851 Na verdade é um prazo para regulamentar o que ele já tinha que ter pronto. Quando eu  
1852 propus um prazo, eu acho que deferir o processo daria o trabalho de voltar. Na verdade  
1853 o prazo que até foi sugerido pelo Dr. Roberto, não estou aqui querendo saber se vai dar  
1854 tempo ou não. Simplesmente já tinha que ter feito. Não é um prazo não. É uma licença  
1855 corretiva e ele teria que corrigir o que ele teria que ter feito. Eu penso assim. - Amilton  
1856 Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Nós estamos  
1857 com o tempo meio curto. Por favor, seja rápido. – Carla – Representante DNPM – Eu  
1858 acho que ficou muito bom do jeito que nós colocamos na fase de LI e de nós pedirmos a  
1859 apresentação na licença de operação. Porque ele só vai receber essa licença de operação  
1860 quando ele estiver apto para operar. Quando ele já estiver instalado todos os  
1861 equipamentos. Eu acho que não tem problema. Agora em relação aos empreendimentos



1862 que já estão em curso e que já vieram para cá para LO, eu acho que nós encontramos  
1863 não a ideal, mas talvez seja a mais sensata de nós colocarmos esse prazo de 180 dias  
1864 desde que já tenha apresentado o protocolo no Corpo de Bombeiros. - Amilton Ferri  
1865 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Obrigado. Vamos  
1866 para o item 9. **9. Processos Administrativos para exame de Revalidação da Licença**  
1867 **de Operação: 9.1 Sapporo Indústria e Comércio Ltda. - Reciclagem ou**  
1868 **regeneração de outros resíduos classe 2 (não perigosos) não especificados -**  
1869 **Itaúna/MG - PA/Nº 00376/2000/007/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram**  
1870 **ASF.** - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco  
1871 – Destaque da SUPRAM, representante do Ministério Público e representante da Polícia  
1872 Militar. – Elisângela – SUPRAM ASF – Eu gostaria de fazer uma correção no item 9.1.  
1873 Foi colocado que a classe é 3, na verdade é classe 5. Está bom. Eu vou realizar a  
1874 correção da bacia. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto  
1875 São Francisco – Representante da Polícia Militar? – Sargento Nixon – Representante  
1876 Polícia Militar – Já vimos que tem a discussão do AVCB. Eu gostaria nesse caso propor  
1877 a condicionante, porque o que o Corpo de Bombeiros falou e pelo que eu vi aqui sempre  
1878 são 5 anos e, se eu não me engano, a licença aqui vai ser por 6 anos. Gostaria de propor  
1879 uma condicionante que ele mantenha o AVCB válido por todo o tempo da licença de  
1880 operação. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São  
1881 Francisco – Até particularmente nem vejo necessidade disso, porque ele já tem, como se  
1882 diz, a partir pelo que foi colocado aqui, a partir do momento que ele tem o AVCB a  
1883 Polícia, do Corpo de Bombeiros vai estar acompanhando esse empreendimento. Nós  
1884 começamos a pedir isso aqui também parece que ficou um pouco redundante. –  
1885 Sargento Nixon – Representante Polícia Militar – Esse acompanhamento não é fácil  
1886 não. Divinópolis, conforme foi falado, o Batalhão aqui é um dos que tem mais vitorias  
1887 no Estado. Corpo de Bombeiros não faz só vitorias, tem outras atividades que fazem.  
1888 Não sei, não me lembro agora nem é o caso de falar o nome de outras empresas que já  
1889 foi mostrado aqui que ela tinha AVCB, pediu licença e não renovou o AVCB. O AVCB  
1890 para eles vai ser o de menos. O de menos. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente  
1891 Suplente da URC Alto São Francisco – É a minha opinião. Eu acho desnecessário,  
1892 entretanto é uma solicitação do conselheiro. Nós vamos colocar sim em votação. Vou  
1893 colocar. Vou colocar em votação o processo. Item 9.1. Os conselheiros que estiverem de  
1894 acordo com o parecer já com a correção na questão de classe e da sua bacia  
1895 permaneçam como estão. – Francisco – Representante Ministério Público – Eu estava  
1896 aguardando o esclarecimento da mudança de classe de 3 para 5. Como é um  
1897 empreendimento de classe 5, presunção de significativo impacto ambiental, inexistência  
1898 de compensação do SNUC e de EIA RIMA eu vou me manifestar pelo indeferimento. -  
1899 Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco –  
1900 Registrado um voto contrário do representante do Ministério Público. **PROCESSO**  
1901 **APROVADO.** Partimos então para a inclusão da condicionante referente à manutenção  
1902 do AVCB válido. Seria apresentar AVCB no momento da revalidação do mesmo.  
1903 Alguma coisa assim? Manter o AVCB válido. Coloco – Não identificou – Em todo o  
1904 tempo da licença. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto  
1905 São Francisco – Prazo durante a vigência da licença. Coloco em votação a inclusão da  
1906 condicionante. Os conselheiros que estiverem de acordo com a inclusão da  
1907 condicionante. – Edécio Ferreira – Representante FAEMG – Eu sou contrário porque  
1908 se o Corpo de Bombeiros não tem efetivo para fiscalizar a validade do AVCB a nossa  
1909 equipe técnica é que não vai ter tempo para isso. A equipe técnica custa a dar conta do



1910 recado, da obrigação dela ainda vai ter agora que começar a pegar o serviço do Corpo  
1911 de Bombeiros e fazer por ele? – Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Não  
1912 funciona assim não. Se nós condicionarmos quando ele for renovar a licença vai avaliar  
1913 condicionante por condicionante. Se não comprovar que ficou mantido, ninguém vai  
1914 fiscalizar nem avaliar não. Ele vai ter que apresentar no ato de renovação da licença se  
1915 ele cumpriu todas as condicionantes. Se ela foi prevista ele vai ter que comprovar. –  
1916 Sargento Nixon – Representante Polícia Militar – Justamente, só complementando. A  
1917 maioria das condicionantes aqui o nosso corpo técnico não vai lá fiscalizar elas não. Ele  
1918 tem que comprovar que ele fez aquilo ali. É o mesmo caso do AVCB. - Amilton Ferri  
1919 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Conselheiros. –  
1920 Edécio Ferreira – Representante FAEMG – Chegou num ponto que eu queria. Nós  
1921 colocamos as condicionantes aqui, elas são fiscalizadas ao longo da vigência da licença.  
1922 Só verificada depois por papéis que chegaram aos autos e muitas condicionantes  
1923 necessitavam da vistoria em campo, acompanhamento em campo. Não é feito porque  
1924 nós sabemos que a equipe técnica nossa é deficiente, falta gente e nós não podemos  
1925 exigir deles coisas que humanamente é impossível fazer. Eu acho que nós não devemos  
1926 sobrecarregar ainda mais a nossa equipe. Deveríamos sim pleitear o Estado que foque a  
1927 locação de mão de obra onde é de fato necessário. – Roberto Soares Nogueira –  
1928 Representante Comitê de Bacia – Eu queria corrigir o nobre colega uma coisa que ele  
1929 falou. A nossa equipe não é deficiente não, ela é insuficiente. Deficiente é uma ofensa  
1930 para os técnicos aqui. – Edécio Ferreira – Representante FAEMG – O deficiente foi no  
1931 sentido da quantidade de técnicos disponível. A eficiência dos técnicos e a qualidade  
1932 dos pareceres são sempre elogiados aqui por todos os conselheiros. – Francisco –  
1933 Representante Ministério Público - A respeito da fala do conselheiro Edécio. Na minha  
1934 opinião isso só reforça a necessidade de nós exigirmos um AVCB como documento  
1935 prévio a concessão da licença, porque se ele for inserido como condicionante e essas  
1936 condicionantes não são fiscalizadas esse prazo de 180 dias pode muito bem não ser  
1937 cumprido e ele ficar 2 anos sem AVCB. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente  
1938 Suplente da URC Alto São Francisco – Senhores conselheiros, eu vou colocar em  
1939 votação. **CONDICIONANTE INCLUÍDA.** Fica registrado um voto contrário do  
1940 Edécio. – Não identificou – E abstenção do Ministério Público por coerência com o  
1941 indeferimento. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São  
1942 Francisco – Registrado também uma abstenção do representante do Ministério Público.  
1943 – Marcelo Guimarães – Representante IBAMA – Não sei se ainda dá tempo. Eu  
1944 proporia a exclusão da condicionante 10, porque a empresa já tem o Cadastro Técnico  
1945 Federal do IBAMA e está com a documentação toda em dia. É uma condicionante. Só  
1946 mais um papel que ele vai ter que apresentar. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente  
1947 Suplente da URC Alto São Francisco – Eu acho que a condicionante não vai prejudicar  
1948 em nada. A exclusão da condicionante? Então fica **EXCLUÍDA A**  
1949 **CONDICIONANTE 10.** Vamos passar para o item 9.2. **9.2 Frigorífico Vale da**  
1950 **Conquista Ltda - ME. - Abate de animais de médio e grande porte (suínos, ovinos,**  
1951 **caprinos, bovinos, eqüinos, bubalinos, muares, etc.) - Itaguara/MG - PA/Nº**  
1952 **00011/2004/004/2013 - Classe 5. Apresentação: Supram ASF.** - Amilton Ferri  
1953 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Destaque do  
1954 representante do Ministério Público e do Comitê de Bacia. – Francisco – Representante  
1955 Ministério Público – Só uma dúvida, porque existe um procedimento em relação a essa  
1956 empresa no município de Itaguara. Esse empreendimento pega Itaguara também?  
1957 Desculpa. É Itaúna. O procedimento é na comarca de Itaúna. Esse empreendimento, o



1958 procedimento existe na comarca de Itaúna. Certo? Eu quero saber se por acaso esse  
1959 empreendimento também atinge Itaúna? – Shirley – SUPRAM ASF – Não. Não atinge  
1960 Itaúna, ele está instalado no município de Itaguara. – Não identificou – Única e  
1961 exclusivamente em Itaguara? – Shirley – SUPRAM ASF – Sim. – Não identificou –  
1962 Está bom. É só para ver se eu vou ter que me abster ou não. Eu também verifiquei  
1963 algumas condicionantes descumpridas. Está no parecer único. Essas condicionantes  
1964 descumpridas não repercutem na revalidação da licença de operação? Porque no meu  
1965 ponto de vista se tiver uma condicionante descumprida quando o empreendedor  
1966 formaliza o pedido de revalidação de licença de operação, a não ser que haja uma  
1967 justificativa muito veemente, a licença não pode ser revalidada, mas eu gostaria de ouvir  
1968 a equipe técnica a respeito das características das condicionantes descumpridas. –  
1969 Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacia – Vou pedir a Shirley um  
1970 pouquinho de paciência, porque o meu assunto é parecido com o do Francisco. Tem um  
1971 erro material também dizendo que o empreendimento está em Igaratinga, no controle  
1972 processual. Eu já informei ao Jorge é só corrigir. O interessante do relatório técnico é  
1973 que vocês falam, pelo menos em duas ocasiões, que será imposto um auto de infração  
1974 pelo não cumprimento de condicionantes. Isso está pelo menos em dois pontos do  
1975 relatório técnico. A minha pergunta é simples. Eu dei uma bobeadinha no processo anterior  
1976 queria retirar prazo não é do valor da licença é do bônus. Naquele eu bobeei. Realmente  
1977 quem bobeeia perde a oportunidade. O trem passou. O pedido que eu tinha feito é de  
1978 redução do bônus que eram 4 mais 2 anos. Aqui eu não entendo como é que a empresa  
1979 que tem falhas no monitoramento, vocês vão dizer que isso não impactou o meio  
1980 ambiente, tudo bem, mas a obrigação é cumprir. Se impactou o meio ambiente ou não  
1981 impactou não muda a obrigação de cumprimento não. Quer dizer, monitoramento tem  
1982 falhas. Além disso, vocês estão dizendo que vão pedir um auto de infração pelo não  
1983 cumprimento de condicionantes, como é que pode ganhar 2 anos? A pergunta é simples.  
1984 Nós não vamos tirar da licença não. Nós vamos tirar do bônus. – Shirley – SUPRAM  
1985 ASF – Respondendo ao questionamento do promotor quanto às condicionantes.  
1986 Realmente algumas condicionantes não foram cumpridas, mas a equipe técnica  
1987 entendeu o que? O maior impacto do empreendimento, da atividade é o efluente que é  
1988 gerado na sala de matança. Esse efluente o que acontece? Houve o monitoramento  
1989 durante a vigência da licença toda, todas as análises apresentadas mostraram os  
1990 resultados dentro dos parâmetros exigidos na legislação. Os efluentes, os resíduos  
1991 sólidos também que nós consideramos como impacto ambiental, todos os efluentes,  
1992 resíduos sólidos gerados também são adequadamente armazenados provisoriamente na  
1993 empresa e todos eles são destinados para empresas competentes para a destinação final.  
1994 Foi considerado o referendo e sugerido o deferimento considerando essa questão. O que  
1995 não foi cumprido durante a vigência da licença o empreendimento vai ser autuado por  
1996 isso. – Francisco – Representante Ministério Público – Essa questão da condicionante,  
1997 da natureza da condicionante eu já até falei, comentei aqui várias vezes. É um tema que  
1998 eu já tive a oportunidade de estudar. Já até escrevi sobre isso. Enfim, eu entendi a sua  
1999 ponderação. Agora, essas condicionantes que foram descumpridas eles se prestaram a  
2000 que? A nada. Para que elas foram incluídas então? Entenderam? Porque as  
2001 condicionantes foram descumpridas. Isso não tem repercussão nenhuma no processo de  
2002 licenciamento, para que elas existem então? A questão eu acho que está no momento da  
2003 inclusão da condicionante lá atrás. Eu acho que esse tem que ser um critério. Eu vou  
2004 incluir essa condicionante aqui se ela for descumprida isso aqui vai ter alguma  
2005 repercussão? Não. Então não vou incluir condicionante para que? Entenderam? Eu estou



2006 questionando é no momento anterior. No momento da inclusão da condicionante. Eu  
2007 acho que essa análise tem que ser feita. É o técnico que tem que pensar, olha eu vou  
2008 sugerir a inclusão dessa condicionante se no futuro ela for descumprida isso vai ter  
2009 alguma repercussão? Vai. Então a condicionante tem que ser realmente incluída. Agora,  
2010 se ela não for ter nenhuma repercussão para que ela é incluída? – Shirley – SUPRAM  
2011 ASF – É inclusive no anexo 2 que consta ao automonitoramento, realmente nós não  
2012 solicitamos. Nós não pedimos a solicitação desse automonitoramento. Estou achando  
2013 que realmente é um impacto (Duas pessoas falando ao mesmo tempo) – Não identificou  
2014 – Isso não deixa numa situação delicadíssima. Porque se vocês não incluem a  
2015 condicionante, porque ela não vai se prestar a nada, não vai ter condicionante para ser  
2016 descumprida. Agora, na medida que a condicionante foi incluída é porque ela é  
2017 importante. Se ela é importante e foi descumprida alguma repercussão isso tem que ter,  
2018 porque se não a condicionante não precisaria existir. Eu, no meu ponto de vista eu sou  
2019 realmente rigoroso com essa questão das condicionantes. Para mim condicionante não é  
2020 para mim. É o que está na legislação. É requisito de validade da licença ambiental. A  
2021 partir do momento que a condicionante é descumprida a licença ambiental  
2022 automaticamente perde a sua validade. É por isso que eu fiz essa pergunta. Realmente  
2023 eu acho que é, até uma sugestão. Independente do encaminhamento desse processo, uma  
2024 sugestão para que no momento da inclusão da condicionante seja realmente avaliado  
2025 isso. Se essa condicionante for descumprida vai acontecer alguma coisa? Não. Então  
2026 não tem a necessidade de incluir. – Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente  
2027 da URC Alto São Francisco – Acredito que é uma sugestão sim. Eu acho que é válida.  
2028 Esse processo foi analisado, a licença de operação dele foi na FEAM. Eu acredito que a  
2029 sugestão deve ficar para a equipe daqui. Toda vez que for colocar uma condicionante  
2030 realmente identificar a necessidade ou eficácia dela, do cumprimento ou não. A questão  
2031 desse caso específico ele foi autuado por isso, por descumprir. Quer dizer que uma  
2032 penalidade ele teve por descumprir, mas que no desempenho ambiental visto de uma  
2033 forma sinérgica dá para perceber que ele obteve um desempenho mesmo descumprindo  
2034 essa condicionante. Então das próximas vezes, de repente, observar bem se a  
2035 condicionante é adequada ou se o prazo é adequado, às vezes está ineficiente. Fica a  
2036 sugestão. Acho que é válido sim. – Francisco – Representante Ministério Público – Uma  
2037 última pergunta que eu vi aqui anotado. Foi exigida a compensação do SNUC em algum  
2038 momento? – Shirley – SUPRAM ASF – Pelo fato do empreendimento ser classe 5, não.  
2039 Não foi solicitado porque não considerava significativo impacto. – Não identificou –  
2040 Não tem essa informação. – Edécio Ferreira – Representante FAEMG – Conselheiro  
2041 Francisco Generoso, apesar de nós normalmente termos posições antagônicas sou  
2042 obrigado a concordar com a vossa manifestação em número, gênero e grau. – Marcela –  
2043 SUPRAM ASF – Com relação ao decréscimo do prazo é uma previsão legal. Nós só  
2044 podemos diminuir o prazo se houver auto de infração transitado em julgado, ou seja,  
2045 quando a decisão final da qual não cabe mais recurso. Ele vai ser autuado por  
2046 descumprimento de condicionante, mas esse auto de infração ainda não houve trânsito  
2047 em julgado. – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacia – Você não  
2048 leu a Deliberação Normativa 17. Não leu. Não leu. – Paula – SUPRAM ASF – Roberto.  
2049 Dá licença. Olha, senhores conselheiros, sinceramente. Eu assim, desde a última reunião  
2050 eu já estou muito nervosa com uma situação que vem acontecendo aqui que é uma falta  
2051 de respeito com a nossa equipe. Você me desculpa Roberto, mas não só com a nossa  
2052 equipe, mas de um conselheiro com outro. Nós não estamos aqui para prestar esse tipo  
2053 de serviço. Nós não somos obrigados a escutar esse tipo de coisa. A Marcela é uma



2054 profissional super competente e eu vou te explicar o seguinte: Ele não vai diminuir o  
2055 prazo dele porque não é permitido nem no prazo da licença e nem no acréscimo de 2  
2056 anos. Infelizmente nós temos uma subordinação administrativa e hierárquica que nós  
2057 temos que cumprir. Nós vamos cumprir a DN toda vez. Se você discorda eu respeito,  
2058 mas eu vou pedir respeito a equipe da SUPRAM porque nós viemos escutando muita  
2059 coisa aqui que não deveria. Eu peço calma e ponderação para todo mundo, porque nós  
2060 tentamos atender todo mundo da melhor forma possível. Muita calma com as  
2061 colocações, porque essas reuniões são gravadas e nós estamos nos sentindo ofendidos  
2062 na SUPRAM com determinadas posições de alguns conselheiros. – Roberto Soares  
2063 Nogueira – Representante Comitê de Bacia – Primeiro: em momento algum eu quis  
2064 ofender ninguém e não acho que a frase que eu usei ofenda qualquer pessoa. Estou  
2065 dizendo é o seguinte: A Deliberação Normativa 17 não fala de bônus. Ela não fala que  
2066 só vai usar a redução de prazo da licença, não do bônus, está certo? Eu vou defender  
2067 isso com todo o ardor aqui. Sempre respeitei vocês todos e todos os nossos colegas de  
2068 conselho. Você jamais me viu aqui ofendendo qualquer pessoa ou dizendo que a pessoa  
2069 não saiba, não quer. Por favor, leiam a Deliberação Normativa 17. Ela diz respeito a  
2070 redução do prazo da licença. Bônus é uma decisão do conselho, aceitar ou não. Eu por  
2071 exemplo não aceito isso aqui, por quê? Porque no relatório técnico vocês estão  
2072 informando que vai haver um auto de infração pelo não cumprimento de  
2073 condicionantes. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São  
2074 Francisco – Senhor conselheiro? – Não identificou – É simples isso. Eu fiquei mais  
2075 ofendido com a sua atuação do que qualquer outra coisa. - Amilton Ferri Vasconcelos -  
2076 Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Conselheiro Roberto Soares  
2077 Nogueira – Representante Comitê de Bacia – Porque eu jamais procurei aqui diminuir  
2078 qualquer pessoa ou reduzir. Agora, o que é, é. Eu sou obrigado a falar. Eu não tenho  
2079 outras palavras para dizer que não foi usada a Deliberação Normativa 17. A minha  
2080 proposta é de que não seja dado o bônus. A empresa vai se prejudicar com a forma com  
2081 que foi feito o relatório técnico, mas infelizmente eu sou obrigado pedir, porque há uma  
2082 contradição enorme aqui. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC  
2083 Alto São Francisco – Representante da Polícia? – Sargento Nixon – Representante  
2084 Polícia Militar – Paula, eu só queria saber, só entender o que o conselheiro Roberto está  
2085 falando. Isso é uma praxe a atuação no caso do descumprimento de condicionante que  
2086 ela só será feita após a votação da licença? Qual que é o? – Paula – SUPRAM ASF – Se  
2087 houver, Nixon, a fiscalização antes do empreendimento, ele já é autuado por  
2088 descumprimento das condicionantes, mas é comum que nós só consigamos fazer essa  
2089 avaliação no momento da revalidação, mas quando ele vem, nós não colocamos que a  
2090 condicionante está sendo, foi feito o auto de infração porque no momento de finalização  
2091 do parecer único esse auto não está pronto, mas para o julgamento todos os autos são  
2092 lavrados e eles são encaminhados antes da votação. Esse empreendedor no momento do  
2093 fechamento do parecer, nós só colocamos o verbo no futuro porque nós fazemos entre  
2094 esse período, da publicação até o julgamento do processo. No caso, poderia ter sido,  
2095 essa situação já poderia ter tido um auto de infração transitado em julgado se nós  
2096 tivéssemos conseguido fazer a fiscalização antes no empreendimento. Aí sim  
2097 repercutiria na diminuição do prazo. – Não identificou – Agradeço. É só para entender.  
2098 – Marcelo Guimarães – Representante IBAMA – Não pedi destaque não, mas olhando  
2099 aqui a condicionante 9 seria só alterar a redação para ficar igual a redação padrão.  
2100 Apresentar comprovante de registro no Cadastro Técnico Federal - CTF do IBAMA. -  
2101 Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco –



2102 Conselheiro do IBAMA, é uma alteração simples, então, acho que pode ser feita sem  
2103 precisar colocar em votação. Vou colocar em votação o processo já com a correção aqui  
2104 do município que estava errado aqui no controle processual. Coloco em votação o  
2105 processo. Os conselheiros que estiverem de acordo com o parecer da SUPRAM  
2106 permaneçam como estão. – Francisco – Representante Ministério Público – Vou me  
2107 manifestar pelo indeferimento pelo descumprimento de condicionantes e pela  
2108 inexistência de EIA RIMA e compensação do SNUC. - Amilton Ferri Vasconcelos -  
2109 Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Um voto contrário por enquanto.  
2110 Então, são 4 votos contrários e uma abstenção. **PROCESSO APROVADO.** Só gostaria  
2111 dos que votaram ao contrário e abstenção se manifestassem. – Roberto Soares Nogueira  
2112 – Representante Comitê de Bacia – Eu votei contra a concessão do bônus por haver  
2113 contradição no relatório técnico em relação à realidade. – Wellington – Representante  
2114 SEAPA – A minha justificativa segue a do Roberto. – Lessandro Gabriel –  
2115 Representante AAASF – Também a mesma justificativa seguindo o conselheiro  
2116 Roberto. – Carla – Representante DNPM – Abstenção justamente por essa questão que  
2117 o Dr. Francisco levantou que eu também acho, não tenho uma opinião formada. Acho  
2118 que isso é um impasse. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC  
2119 Alto São Francisco – Seguimos então para o item 10.1. **10. Processo Administrativo**  
2120 **para exame de Prorrogação de Prazo de Validade da Licença Prévia concomitante**  
2121 **com a Licença de Instalação: 10.1 COOPERCARNE - Cooperativa Regional de**  
2122 **Carnes e Derivados Ltda. - Abate de animais de médio e grande porte (suínos,**  
2123 **ovinos, caprinos, bovinos, eqüinos, bubalinos, muares, etc.) - Itaúna/MG -**  
2124 **PA/Nº 10208/2008/001/2008 – Classe 3. Apresentação: Supram ASF. - Amilton**  
2125 **Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco** – Destaque  
2126 representante do IBAMA. – Marcelo Guimarães – Representante IBAMA – A inclusão  
2127 da condicionante padrão para o Cadastro Técnico Federal. Apresentar comprovante de  
2128 registro no Cadastro Técnico Federal - CTF do IBAMA. Prazo na formalização da LO. -  
2129 Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Há  
2130 uma proposta da inclusão de condicionante. Eu vou colocar em votação o processo.  
2131 Depois eu coloco em votação a inclusão da condicionante. Conselheiros que estiverem  
2132 de acordo com o parecer da SUPRAM permaneçam como estão. – Francisco –  
2133 Representante Ministério Público – Eu vou me abster em razão da existência de um  
2134 procedimento. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São  
2135 Francisco – Registrada a abstenção do representante do Ministério Público.  
2136 **PROCESSO APROVADO.** Coloco agora em votação a inclusão da condicionante  
2137 redigida pelo representante do IBAMA sobre o Cadastro Técnico Federal. Prazo na  
2138 formalização da LO. Os conselheiros que estiverem de acordo com a inclusão da  
2139 condicionante permaneçam como estão. – Não identificou – Abstenção do Ministério  
2140 Público. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São  
2141 Francisco – **CONDICIONANTE INCLUÍDA.** Registrada a abstenção do Ministério  
2142 Público. **11. Encerramento.** Declaro encerrada a 104ª Reunião Ordinária. Muito  
2143 obrigado a todos. Boa tarde.

**Danilo Vieira Júnior**

Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e  
Presidente das URC Alto São Francisco

2149



2150